



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

Samara Ariana Ribeiro Mourão

Arquivos em Museus: Um estudo sobre o Museu das Bandeiras – GO

Brasília - DF
2020

Samara Ariana Ribeiro Mourão

Arquivo em Museus: Um estudo sobre o Museu das Bandeiras - GO

Monografia apresentada como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Margaret Lopes

Brasília, DF
2020

AS187a Ariana Ribeiro Mourão, Samara
Arquivos em Museus: O estudo no Museu das Bandeiras - GO
/ Samara Ariana Ribeiro Mourão; orientador Maria Margaret
Lopes. -- Brasília, 2020.
78 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de
Brasília, 2020.

1. Museus. 2. Arquivos. 3. Museu das Bandeiras. I.
Margaret Lopes, Maria , orient. II. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Arquivos em Museus: Contribuições práticas a partir da experiência no Museu das Bandeiras – GO

Aluna: Samara Ariana Ribeiro Mourão

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Maria Margaret Lopes - Orientadora
Pesquisadora Orientadora PGCINF
Pós- Doutora em História - LSU

Marijara Souza Queiroz
Profa. Ms. Curso de Museologia FCI,
Mat. FUB: 107835

Marijara Souza Queiroz - Membro
Professora da Universidade de Brasília
Mestre em Artes Visuais - UFBA

Monique Batista Magaldi - Membro
Professora da Universidade de Brasília
Doutora em Ciência da Informação (PPG-CInf/UnB)

Brasília-DF, 11 de março de 2020.

DEDICATÓRIA

A minha mãe e irmã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a intercessão de Nossa Senhora, pela oportunidade de concluir minha graduação na Universidade de Brasília. Vejo as oportunidades que aparecem em nossas vidas como dádivas, e com minha graduação não seria diferente. Sou grata a Deus, portanto, por tudo que vivenciei, escutei, aprendi e ensinei, aos meus colegas de alguma forma, durante meus 4 anos na UnB.

Aos meus familiares, por seu apoio incansável por mim nos momentos de alegria e tristeza. Minha mãe Maria, por seu amor, e por ser meu exemplo de mulher que eu almejo ser. Minha irmã Sabrina, minha tia Eurenita e meu padrasto José. Além de outros familiares que certamente me apoiaram durante minha graduação e que têm meu imenso carinho sempre.

Aos meus amigos mais íntimos, Pedro Alves, Rodrigo Joaquim, Augusto Alves e Keline Loren pelos conselhos, momentos de risadas e alívio durante os momentos de tensão proporcionados por algumas disciplinas na Universidade.

Enfim, aos professores e alguns alunos, que posso chamar de amigos, do curso de Museologia, que permitiram uma caminhada cheia de aprendizados e experiências únicas durante o minha graduação. O meu muito obrigado a todos que direta ou indiretamente participaram do início da minha caminhada acadêmica.

*Guardar uma coisa
não é escondê -la ou trancá - la.*

*Em um cofre não se guarda
coisa alguma.*

Em cofre perde - se a coisa à vista.

Guardar uma coisa é olhá - la,

*isto é, iluminá - la ou ser
por ela iluminado.*

*Guardar uma coisa é vigiá - la,
isto é, fazer vigília por ela,
isto é, velar por ela,
isto é, estar acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela.*

- Antonio Cícero

RESUMO

Esta pesquisa aborda aspectos que permitam estabelecer as possibilidades de aproximações entre a Arquivologia e a Museologia a partir do arquivo de museus. Para o alcance desse objetivo foi necessário o estudo de caso (exploratório) no Arquivo Histórico do Museu das Bandeiras – GO, com a Apresentação de um breve histórico da Cidade de Goiás e do MuBan. Foi realizado levantamento bibliográfico com autores de relevância para o tema abordado, fornecendo subsídios para a seleção dos parâmetros de aproximação. Os parâmetros mencionados mantêm vínculo com as atividades desempenhadas na instituição e foram separados em dois blocos o acervo (com subtópicos de: Coleções no Arquivo Histórico; Documentação museológica) e a disseminação da informação (com subtópicos de: Exposições, acervo disponibilizado digitalmente e pesquisa). Estes evidenciam aspectos sobre as aproximações entre as áreas possibilitando essas interações entre o arquivo e o museu e os resultados obtidos através desses parâmetros. Portanto, ao salientar esses aspectos é possível observar que é desejável a colaboração e cooperação profissional.

Palavras-chave: Museus. Arquivos. Museu das Bandeiras.

ABSTRACT

This research addresses aspects that allow to establish the possibilities of approximations between Archivology and Museology from the archives of museums. To achieve this objective, a case study (exploratory) in the Historical Archive of the Museu das Bandeiras - GO was necessary, with the presentation of a brief history of the City of Goiás and MuBan. In addition to the bibliographic survey with authors of relevance to the topic addressed, it provides subsidies for the selection of approximation parameters. The mentioned parameters maintain a link with the activities performed at the institution and the collection was separated into two blocks (subtopics: Collections in the Historical Archive and Museum documentation) and the dissemination of information (with subtopics exhibitions, digitally available collection and research), which highlight aspects of the approximations between areas, enabling these interactions between the archive and the museum and the results obtained through these parameters. Therefore, when highlighting these aspects, it is possible to observe that the professional collaboration and cooperation is desirable.

Keywords: Museologists. Archivists. Museum das Bandeiras.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Centro Histórico da Cidade de Goiás	24
Figura 2 - Edifício da antiga Casa de Câmara e Cadeia, Década de 30 ou 40	26
Figura 3 - Lei nº 394/1949, documento autorizativo da Assembleia Legislativa de Goiás	27
Figura 4 - Vista frontal do edifício antes da reforma, 1949	28
Figura 5 - Vista frontal do edifício após a reforma, 1951	29
Figura 6 - Vista lateral do edifício após reforma, 1951	29
Figura 7 – Senhora Yeda Sócrates, 1960	30
Figura 8 - Imagem da exposição “De Câmara e Cadeia a Museu”	62
Figura 9 - Cópia de Documento Presente na exposição “De Câmara e Cadeia a Museu”	63
Figura 10 - Folder do MuBan	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bloco de parâmetro: Acervo	44
Quadro 2 - Bloco de parâmetros de Disseminação da Informação	46
Quadro 3 - Fundos do ArqMuBan	52
Quadro 4 - Coleções do ArqMuBan	54
Quadro 5 - Código de Classificação 064, Documentação Museológica	57

LISTA DE ABREVIACÕES

AGI	Associação Goiana de Imprensa
ArqMuBan	Arquivo do Museu das Bandeiras
CI	Ciência da Informação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FNpM	Fundação Nacional Pr-Memória
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IHGG	Instituto Histórico e Geográfico de Goiaz
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MuBan	Museu das Bandeiras
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PNM	Plano Nacional de Museus
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEG	Universidade Estadual de Goias
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 UMA HISTÓRIA DE GOIÁS E O MUSEU DAS BANDEIRAS.....	19
1.1 <i>A Cidade de Goiás.....</i>	21
1.2 <i>Museu das Bandeiras.....</i>	25
2 ARQUIVO EM MUSEUS, TRAÇANDO PARÂMETROS.....	33
2.1 <i>Arquivos de Museus ou Arquivo em Museus?.....</i>	41
2.2 <i>Parâmetros para as aproximações</i>	45
3 O ESTUDO NO MUSEU DAS BANDEIRAS.....	50
3.1 <i>Parâmetro Acervo.....</i>	51
3.1.1 <i>Coleções no Arquivo.....</i>	51
3.1.2 <i>Documentação Museológica.....</i>	56
3.2 <i>Parâmetro Disseminação da informação.....</i>	60
3.2.1 <i>Exposições.....</i>	61
3.2.2 <i>Acervo disponibilizado digitalmente.....</i>	64
3.2.3 <i>Pesquisa.....</i>	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
APÊNDICE.....	76
ANEXOS.....	79

INTRODUÇÃO

Em meados de 2015, consegui minha tão sonhada aprovação no vestibular da Universidade de Brasília, na qual pude me inserir no universo acadêmico através do curso de Museologia. Estabelecida no seio da Faculdade de Ciência da Informação, a Museologia permitiu que eu pudesse ampliar meus horizontes de possibilidades de atuação profissional através do contato com outros cursos, como em especial, Biblioteconomia e Arquivologia também alocados da Faculdade de Ciência da informação. Essa aproximação foi benéfica do meu ponto de vista, por permitir que eu conhecesse esses outros campos de atuação “irmãos” da Museologia, que também são gestores da memória, cada um em sua área. A Arquivologia dentre eles foi a que mais me atraiu a atenção. Entendendo a primordial importância de um arquivo organizado dentro das instituições, órgãos, empresas, em especial dos museus, permitiu - me uma reflexão, ainda imatura no início da graduação. A relação entre a Arquivologia e Museologia, é de certa forma intrínseca, já que um museu não existe sem um arquivo, seja ele institucional ou histórico/documental das atividades fim/ precípuas dos museus.

O debate foi sobre o seguinte objeto de pesquisa: A aproximação entre a Arquivologia e a Museologia a partir do arquivo em museu. O interesse neste objeto de pesquisa surgiu aliado a uma vontade pessoal de que as instituições e também as áreas de conhecimento, Museologia e Arquivologia, sejam trabalhadas de forma conjunta em regime de cooperação e interdisciplinaridade para um maior aproveitamento prático, tanto para o campo profissional do trabalho, quanto para o estímulo de estudos e pesquisas nessas áreas.

Graças ao sistema de ensino da Universidade de Brasília, que permite uma liberdade aos alunos para que possam intercambiar por diversas áreas e cursos durante a graduação, tive a oportunidade de me aproximar da Arquivologia tanto profissional quanto academicamente. Desenvolvi assim uma admiração e também uma inquietação sobre a falta de proximidade entre as áreas em aspectos teóricos e, por vezes, práticos. Esse desconforto me fez refletir sobre a possibilidade de desenvolver um trabalho acadêmico relacionado a esse tema, para que eu pudesse contribuir para o campo de maneira simples e objetiva, tangenciando aspectos inquietantes que vivenciei durante a graduação.

A necessidade de debater esse tema que por vezes se mostra polêmico e com toda certeza não consensual dentro do campo teórico da Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação, é o fato dessas duas ou três áreas (se contarmos com a Biblioteconomia, área não introduzida no objeto de estudo) estarem interligadas e projetando assim uma interdisciplinaridade muito rica e pouco explorada seja em qualquer um dos campos. Se o tema de interdisciplinaridade dos cursos fosse mais pesquisado, poderia enriquecer de forma relevante os dois campos, de forma que nenhuma área absorvesse a outra, mas que esses estudos promovessem além da interdisciplinaridade a agregação de valor, vivências, conhecimentos, projetando para o futuro, disciplinas e formações cada vez mais interseccionais e integradas.

Por isso, uma das minhas primeiras intenções ao começar a planejar e ao desenvolver esse trabalho foi a de eleger parâmetros que possibilitassem tal interação, apoiando-me sempre em bibliografias pertinentes às áreas e em um estudo de caso que se mostrasse de grande relevância para o assunto. Além disso, existe uma necessidade de estudos referentes as aproximações da Arquivologia e a Museologia a partir dos arquivos dentro de museus, ficando evidente a indispensabilidade de se abordar esse assunto. Essa pesquisa se propõe então a analisar a possibilidade de relação de interdisciplinaridade e integração prática entre a Museologia e Arquivologia como áreas passíveis de cooperação e colaboração mútua e de relevância para os dois campos.

Concomitantemente, considero a importância dessa pesquisa para o mapeamento dos acervos dos arquivos em museus. Pode-se dizer que esse estudo é responsável por trazer uma perspectiva integrativa quanto ao modo de relação das duas áreas, voltadas então, para a promoção de reflexões sobre essas aproximações já estabelecidas entre as áreas e discutindo novas. Para que, assim possibilitem uma interação harmoniosa entre dois campos através da abordagem entre as duas áreas. Então, essa pesquisa se mostra relevante sob a perspectiva de contribuir com o que já foi feito em âmbito teórico nesse campo de estudo e incentivar pesquisas futuras sobre o assunto, seja no âmbito da Museologia quanto na Arquivologia. Trata-se de um tema necessário para a construção de novos paradigmas de sustentação de uma interdisciplinaridade não somente prática, mas também teórica.

Trazendo essa ideia mais amadurecida e lúcida do que aquela que outrora tive no início da graduação, propus-me à construção de um estudo que contribuísse para as pesquisas já existentes, não esgotando aqui todo o assunto pertinente a área, e também para outras mais avançadas que poderão haver no futuro. No entanto, existem diversos aspectos problemáticos nessas análises das possíveis aproximações entre arquivos e museus. A primeira delas é a não homogeneidade das áreas em relação ao assunto, no âmbito teórico, e disparidades que são encontradas todo o tempo de forma não consensual entre os produtores de conhecimentos. Porém aqui, será trabalhada a promoção de pontos que possibilitem esses tipos de aproximações, além da problemática em torno de uma pergunta central: Em que medida se dão as aproximações entre a Arquivologia e a Museologia a partir do arquivo em museus? Para respondê-la é necessário que se observe um recorte, que será apresentado neste trabalho de conclusão de curso, pautado na escolha de uma instituição em que pudessem ser observados fenômenos típicos de arquivos dentro de museus. Assunto que ainda possuiria maior abrangência se incluída maior análise dessas relações em âmbito teórico, o que, no entanto poderá ser aprofundada em outro estudo no futuro.

Dessa forma, por se tratar de um assunto complexo elenquei como ponto principal e norteador para a base e consecução desse estudo, o objetivo de demonstrar as aproximações entre a Arquivologia e Museologia a partir do arquivo em museus. Alinhado com o objeto de pesquisa, o objetivo juntamente com o instrumento metodológico são a alma dessa pesquisa, que possibilitaram que o resultado fosse alcançado. Nesse sentido, entendo que é necessário para o alcance do objetivo, que será apresentado brevemente, o histórico do lugar escolhido para o estudo de caso, ou seja, o Museu das Bandeiras e a Cidade de Goiás, para contextualização. O Museu e a Cidade possuem uma história forte e instigante do ponto de vista patrimonial, cultural e histórico para a Região Centro-Oeste e o Brasil.

O primeiro Capítulo apresenta um contexto histórico e social do Museu das Bandeiras - MuBan, que é intrinsecamente ligado à história da Cidade de Goiás, patrimonializada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – UNESCO; a estrutura do MuBan; a constituição de seu arquivo histórico e a sua importância para a Cidade de Goiás, desde a mudança da capital para

Goiânia em 1937. Assim como uma breve apresentação do histórico da instituição e do setor de responsabilização no âmbito de guarda documental.

Já no segundo Capítulo, entramos definitivamente no objeto de pesquisa e teremos a apresentação dos parâmetros que permitam aproximações entre a Arquivologia e Museologia a partir dos arquivos em museus. Estes, por sua vez, não foram escolhidos arbitrariamente, mas selecionados com base em bibliografias existentes sobre esse assunto e observações minhas feitas durante a pesquisa de campo.

Por fim, no terceiro Capítulo, demonstramos a possibilidade da existência de aproximações entre as áreas através do arquivo em museu, por meio dos resultados obtidos no estudo de caso no Museu das Bandeiras - GO, colocando-os lado a lado com os parâmetros já estabelecidos e realizando essa análise a partir do estudo de caso.

A abordagem metodológica selecionada para esse trabalho consiste em um estudo bibliográfico, relacionado ao levantamento de autores que tenham relevância para o tema de pesquisa, compondo assim uma base teórica para o estudo de caso. Além de fundamentar o estudo de caso, esse levantamento bibliográfico será necessário para compor e desenvolver os parâmetros que serão de primordial importância para entender as aproximações entre a Arquivologia e a Museologia a partir do arquivo em museus.

Como já mencionado anteriormente, o estudo de caso será no Arquivo Histórico do Museu das Bandeiras - ArqMuBan, localizado na Cidade de Goiás, e tem por objetivo um estudo exploratório, através de uma visita ao setor do Arquivo Histórico do Museu na data de 01 de Agosto de 2019, visando o recolhimento de informações relativas às particularidades do arquivo e de seu acervo.

A visita teve como intuito, o levantamento de informações sobre a composição do acervo arquivístico histórico e informações gerais sobre as coleções e sobre como elas se associam à história e funcionamento do MuBan. Informações essas, que estão relacionadas à quantidade de acervo em metros lineares, tipologia documental, métodos de recuperação da informação, coleções existentes no acervo, documentação museológica, exposições, entre outras. Além de informações adicionais fornecidas pelos profissionais responsáveis de salvaguarda desse acervo que trabalham no Museu, que por a sua importância na constituição e memória são

essenciais para entender a organização e funcionamento deste setor tão importante para instituição. A visita foi guiada pela Técnica em assuntos culturais e Arquivista Tatielle Brito Nepomuceno e a Auxiliar de Arquivo e Historiadora Milena Bastos Tavares. Concretizou-se por meio de uma ficha/roteiro com perguntas de natureza tanto qualitativa quanto quantitativa de minha elaboração, enviada anteriormente à visita para a responsável pelo Arquivo Histórico, nesse caso a Arquivista Tatielle, para a análise do conteúdo das perguntas e preparação do material para o dia da minha visita ao local. Além do conteúdo escrito e oral, também foram repassados para mim materiais adicionais como documentos e fotos da instituição via *pendrive*. Porém, como a entrevista de pesquisa já tinha sido marcada anteriormente com o setor de Arquivo de Histórico do MuBan não foi possível realizar entrevista com o profissional museólogo da instituição, o que teria sido também importante para esse trabalho. No entanto nossa prioridade era mesmo nos aproximarmos do universo arquivístico do museu uma vez que as perspectivas apontadas nesta pesquisa são sobre detalhes do arquivo do Museu das Bandeiras, possibilitando refletirmos de modo mais geral sobre a cooperação dessas duas áreas para o desempenho de um trabalho interdisciplinar em museus.

Todos os dados coletados durante a visita serviram como base para a questão a que essa pesquisa se dispõe. Portanto, a escolha da instituição foi uma decisão metodológica sob a possibilidade de escolher uma instituição com particularidades que nem todo museu possui. Considerando necessário para o estudo de caso, uma instituição museológica com um arquivo histórico integrado a sua coleção e organizado, para que pudesse coletar a maior quantidade de dados possíveis. Digo que a escolha do Museu das Bandeiras para esse estudo de caso foi primordial, proposital e acertada, já que me deu subsídios para que pudesse desenvolver algo, a partir dos dados coletados, que servissem para comprovar que podem sim existir aproximações entre a Arquivologia e Museologia a partir de um arquivo localizado no museu.

1 UM HISTÓRIA DE GOIÁS E O MUSEU DAS BANDEIRAS

Bartolomeu Bueno, bruxo feiticeiro,
num passe de magia histórica
tirou Goyaz de um prato de aguardente
e ficou sendo o Anhangüera.
Anhangüera (Cora Coralina, 1994 p.30-31).

Destinado a um breve histórico sobre a formação da Cidade de Goiás - GO como capital do estado de Goiás e também local do Museu das Bandeiras, esse primeiro capítulo permite ao leitor (a) conhecer a importância da cidade e do Museu não somente para a sua região, Centro-Oeste, mas também para a construção de uma identidade e memória Nacional. Ressaltando a relevância de decisões políticas e institucionais, através de decretos, leis, normatizações, para o processo de remontagem de um sentimento de Vilaboense¹ após a mudança da capital para Goiânia em 1937. Esse histórico foi elaborado fundamentalmente a partir dos documentos fornecidos pela equipe do Museu; das referências da tese de doutorado de Izabela TAMASO: Em nome do patrimônio: Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás (TAMAZO, 2007) e demais autores que seguem referenciados abaixo,

Um dos principais pontos abordados dentro dessa perspectiva histórica foi o de inserir o museu em históricos territoriais, econômicos e políticos que a cidade sofreu durante o decorrer dos anos. Além de concepções políticas que resultaram na mudança da capital do estado de Goiás, outrora Cidade de Goiás, para Goiânia e como essas decisões influenciaram na criação do Museu das Bandeiras - MuBan e no tombamento de vários monumentos da cidade pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. É possível nesse caso observar que a mudança da capital foi um motor impulsionador de diversas medidas de salvaguarda

¹ Ao Goiás se tornar província, a Cidade de Goiás era chamada de Vila Boa de Goiás, nome até hoje utilizado por algumas das pessoas mais antigas da cidade.

da memória local, através de mecanismos de patrimonialização do patrimônio material, arquitetônico e urbanístico na Cidade de Goiás.

Além do breve Histórico da Cidade de Goiás, também foi realizado o mesmo para o Museu das Bandeiras - MuBan, apresentando aspectos políticos de sua criação e formação de seu acervo em relação aos eventos históricos na cidade, pois como veremos mais adiante, os fatos históricos e decisões políticas tiveram grande influência na criação desse Museu.

Portanto, esses apontamentos são necessários para compreendermos tanto a formação da instituição - Museu das Bandeiras - quanto à de seu acervo arquivístico e museológico. De acordo com informações via oral repassadas pela auxiliar de Arquivo e Historiadora do MuBan, Milena Bastos o acervo arquivístico da instituição também chamado de arquivo histórico contém colaborações importantes para a elaboração de seu arranjo, tratamento de acervo e demais atividades desempenhadas, e que devido ao seu grande volume documental o Arquivo Histórico do MuBan é responsável pela guarda de uma história documentada da região Centro-Oeste e fins do período Colonial até a República, mostrando-se de grande relevância para a população, não somente a residente em Goiás, e para pesquisadores.

Além do meu interesse inicial em estudar o arquivo do MuBan e escolhê-lo como plataforma de observação para meu estudo de caso para este trabalho, elenco também questões sobre a constituição e adaptação de seu edifício - a antiga Casa de Câmara e Cadeia - para abrigar um Museu, a constituição do seu acervo e aceitação de uma população com novas medidas políticas governamentais de registro dos edifícios em torno da cidade, segundo a literatura de Borges (2010).

Dessa forma apresentamos o histórico do Museu a partir do documento "*Linha do tempo do Museu das bandeiras/IBRAM/MINC.*"² fornecido pela instituição, que vai desde a sua vinculação originalmente à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN até os dias de hoje com o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, a relação do seu acervo com a Cidade de Goiás, o edifício, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, e a função do MuBan como uma instituição de disseminação e guarda da memória local e nacional.

² Documento cedido pelo Arquivo Histórico do MuBan. MINC – Ministério da Cultura.

1.1 A cidade de Goiás

A Cidade de Goiás, é um grande Centro Histórico nacional. Sua origem advém como em muitas outras regiões, estados e cidades brasileiras da busca por novos lugares para se explorar, seja em busca por minérios, como ouro, diamantes ou outros metais preciosos, seja em busca de novos territórios para o estabelecimento de plantio. De acordo com Tamaso (2007), no caso da Cidade de Goiás a busca pelo ouro e a dominação territorial de novos espaços tomaram a frente quando se tratou da motivação de ocupação de seu território. Ocupações que de forma alguma se deram de forma pacífica, cobrando um alto preço que a maioria das vezes era pago com sangue. Desta forma um dos principais personagens históricos e emblemáticos quando se trata de uma “expansão” e “descobrimento” da futura Cidade de Goiás é o Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva (filho), o Anhanguera. Personagem mítico da história da cidade, que segundo Tamaso:

As formas mais comuns em se diferenciar os Anhangueras, são: O primeiro Anhanguera/ segundo Anhanguera, Anhanguera pai/ Anhanguera filho. É muito comum, porém, a referência genérica ao Anhanguera: o personagem mítico. (TAMASO, 2007, p.35).

Seguindo essa explicação feita por Tamaso (2007) temos que o Anhanguera responsável pela expedição com destino à região de Goyaz, foi o Anhanguera filho, já que ambos, tanto o pai quanto o filho, possuem o mesmo nome. Este nome, Anhanguera, foi atribuído pelos indígenas da região para o Bandeirante e se enraizou na cultura local.

Dessa maneira, o Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva saiu de São Paulo buscando explorar as terras mais ao centro do território nacional em busca de ouro e ocupação territorial. Para tanto, em termos práticos o movimento chamado de Bandeiras nada mais era que expedições oficiais, saindo geralmente de São Paulo em direção às regiões Centro-Oeste e outras do Brasil, custeadas por particulares, com a intenção de busca de elementos para explorar, conforme mencionado anteriormente. O Anhanguera, como ficou conhecido, foi o Bandeirante que adentrou a região dos Goyazes em busca de ouro, inserindo essa região no chamado “Ciclo do Ouro”³ e estabelecendo assentamentos e pequenos povoados. Segundo Borges:

³ Período de extração e exploração do ouro, com início ao final do século XVII.

Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, não foi o primeiro a chegar a Goiás, mas foi o primeiro com intenção de se fixar aqui, dentro da conjuntura do descobrimento de ouro no Brasil. Os principais financiadores de sua bandeira foram João Leite da Silva Ortiz, seu genro e ele próprio. A bandeira saiu de São Paulo a 3 de julho de 1722. O caminho já era bem conhecido dos paulistas, com alguns moradores e com roças. (BORGES, 2010, p.4).

De fato, Bartolomeu Bueno da Silva foi o primeiro com a intenção de se estabelecer na região, até porque a exploração de minérios lhe chamava a atenção. O que deve ser ressaltado sempre é a não ocupação pacífica na região, a qual foi marcada por conflitos violentos contra os indígenas e com o apoio da igreja. Logo após isso, começa ocorrer o estabelecimento de casa dos mineradores e os primeiros traços de um pequeno conjunto de habitações. Sendo fundado por ele, em 1726, o Arraial de Santana, segundo Borges (2010).

Em 1739, Dom Luiz Mascarenhas elevou o Arraial à categoria de Vila, sendo chamada assim de Vila Boa de Goiás. A extração de ouro nesta época era muito farta na região de tal forma que Goiás era o segundo maior produtor de ouro do Brasil, ficando atrás apenas de Minas Gerais. Os povoados se constituíam basicamente em torno do ouro, onde se achava ouro, se constituía um povoado de acordo com Borges (2010).

Dez anos depois, em 1749, ainda de acordo com (BORGES, 2010, p.5), a região atingiu *status* de Capitania e com a chegada do primeiro Governador, o Capitão General, D. Marcos de Noronha mais conhecido como o Conde dos Arcos se tornou a Província de Goiás. Mediante esse estabelecimento da capital do território de Goiás, a Vila Boa de Goiás assim ficou durante 200 anos, crescendo ao longo do rio vermelho e envolta de grandes morros. Arquitetura urbana simples e com detalhes impressionantes a antiga capital enche os olhos até os dias de hoje.

Contudo, não houve mudanças significativas ao longo de todos esses anos na cidade, sejam elas sociais ou econômicas. Porém, a década de 1930 estabeleceu um marco de grande relevância para a cidade, com diversas movimentações e decisões políticas que resultaram em consequências permanentes para a cidade. Em 1930 já surgem rumores quanto a transferência da capital, mas somente em 1937 é que Pedro Ludovico Teixeira consegue a assinatura do decreto para tal mudança, segundo Tamasso:

O primeiro anúncio da mudança da capital foi em 1930. Em 1937 Pedro Ludovico assinou o decreto transferindo a capital de Goiás para Goiânia, Nos anos que se seguiram várias instituições foram sendo levadas para a nova capital, juntamente com seus funcionários. Ainda no ano de 1937 foi transformada em uma Estância Hidromineral, perdendo autonomia política. (TAMASO, 2007, p.40).

Dessa forma pode - se observar que além da mudança da capital, de Goiás para Goiânia, a cidade também perde sua autonomia política. O que configurou uma grande perda para a cidade, sentida até hoje por sua população, que ainda transmitem uma espécie de mágoa por tal situação. Além da perda do *status* de capital, a partir da sua perda de autonomia política, muitas cidades vizinhas conseguem suas emancipações de acordo com Tamaso (2007), fazendo assim com que a cidade de Goiás perdesse também território. O que ocasionou um momento de decadência econômica e política considerável na cidade e na população “Vilaboense”. Mais tarde ocorreram tentativas de mecanismos governamentais para conferir à cidade uma série de tombamentos de seus monumentos, todas de maneira repentina e seguidamente, o que ao meu ver, pode ser entendido como uma maneira de ressarcir a cidade por suas perdas.

Em 1950, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN realizou o registro de patrimônios isolados na cidade, no *Livro de Tombo de Belas Artes*, segundo Delgado:

Em 1950, a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombou, por meio da inscrição no Livro do Tombo das Belas-Artes, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (construída em 1779), a Igreja de São Francisco de Paula (1761), a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1786), a Igreja de Nossa Senhora da Abadia (1790), a Igreja de Santa Bárbara (1780). No Livro do Tombo Histórico, foi registrado o Quartel do Vinte (1747). Em 1951, no Livro do Tombo das Belas-Artes, ocorreu a inscrição da Casa de Câmara e Cadeia (1761); do Chafariz de Cauda da Boa Morte (1778), da Casa de Fundação e do Palácio Conde dos Arcos (construções contíguas que resultam de adaptações realizadas em cinco edifícios residenciais, datadas do início do século XVIII). (DELGADO, 2005) ⁴.

Os processos de tombamento, segundo a autora, eram visto com certo receio por parte da população, por conta de “traumas” do passado, este não muito distante tomando por base os acontecimentos recentes na cidade – O registro no *Livro de Tombo de Belas Artes* pelo DPHAN de diversos edifícios da cidade. Porém esses monumentos foram tombados de forma individual e somente em 1978, o conjunto

⁴ Não possui numeração de página, pois tudo é escrito em um texto corrido.

arquitetônico urbanístico do centro histórico de Goiás foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN⁵, segundo texto de Delgado:

Em 1978, com o apoio da Organização Vilaboense de Artes e Tradições, o órgão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional realizou a segunda intervenção na cidade de Goiás, incluindo o entorno dos principais monumentos no âmbito de proteção do patrimônio. No *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, foram inscritos o "Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Largo do Chafariz" e o "Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua da Fundação", que já estavam registrados no *Livro das Belas-Artes* desde 1951. Também foram incorporados vários conjuntos paisagísticos formados pelas ruas que fazem a ligação entre os prédios tombados, assim como a Praça Castelo Branco, antigo Largo do Palácio. (DELGADO, 2005)⁶

Em 16 de dezembro de 2001, o conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico de Goiás recebe o seu reconhecimento como Patrimônio Mundial da UNESCO. No ano de 2019, o sua inscrição como patrimônio mundial da UNESCO completou 18 anos de existência, reafirmando e salvaguardando o patrimônio no centro histórico de Goiás como patrimônio de relevância para memória nacional e mundial.

Figura 1 - Centro Histórico da Cidade de Goiás



Fonte: Página virtual do IPHAN em 22 set. 2019.

<http://portal.iphan.gov.br/go/galeria/detalhes/55/>

⁵ Mudança de nomenclatura para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN se deu em 1970, por seu diretor Rodrigo Melo Franco.

⁶ Não possui numeração de página, pois tudo é escrito em um texto corrido.

1.2 Museu das Bandeiras

O MuBan é uma instituição de memória patrimonial, museal e arquivística histórica da Cidade de Goiás. Memória patrimonial pelo fato de seu edifício ser tombado pelo livro de tomo de Belas - Artes do IPHAN, memória museal por sua constituição em formato de museu que contribui para a salvaguarda de objetos e narrativas pertinentes à história da cidade e também a abertura de um leque narrativo com muitas possibilidades de visões e percepções. Memória arquivística histórica pelo grande volume de massa documental que a instituição possui sobre três períodos da história do Brasil - Colônia, Império e República - na região Centro - Oeste e em Goiás mais especificamente. Portanto, a criação dessa instituição configurou um mecanismo de salvaguarda da memória da região, além de divulgação, através de solicitação de pesquisas, do acervo arquivístico histórico muito rico.

A história do MuBan começa, antes mesmo da concepção intelectual do seu conteúdo, com a construção daquele que seria seu futuro edifício. No seio do centro histórico da Cidade Goiás, a Casa de Câmara e Cadeia foi construída em 1761, segundo Borges:

Antiga cadeia municipal a Casa de Câmara e Cadeia foi construída em 1761 obedecendo a um projeto mandado da corte especialmente para esse fim. Hoje Museu das Bandeiras é um dos edifícios mais imponentes da cidade. Está situada na parte mais alta de uma das principais praças da cidade, a Praça Dr. Brasil Caiado ou também conhecido como Largo do Chafariz, reforçando sua monumentalidade. (BORGES, 2010, p.10).

Criada com a função de abrigar a Casa de Câmara no andar superior e Cadeia no andar inferior (ou térreo), esse edifício abrigou a Casa de Câmara até 1937, quando foi realizada a mudança da capital do estado para Goiânia, para a qual foi transferida toda a sede do poder executivo e legislativo. Porém, a cadeia ainda continuou a existir, mesmo com poucos detentos, por alguns anos seguintes, sendo desativado totalmente mais tarde.

Figura 2 - Edifício da antiga Casa de Câmara e Cadeia, Década de 30 ou 40



Fonte: Cedida pelo Arquivo Histórico do MuBan

Esta foto coletada no acervo fotográfico do Arquivo Histórico do MuBan. É uma foto inédita do edifício do Museu na década de 30 ou 40. De acordo com a auxiliar de arquivo Milena Bastos a data correta não foi assinalada pela equipe de responsáveis pelo o arquivo da instituição. Nesta foto o edifício ainda está em seu formato original na foto e só irá passar por reformas e adaptações na década de 50, para abrigar o futuro Museu das Bandeiras de acordo o Documento de “*Linha do tempo do Museu das Bandeiras/IBRAM/Ministério da Cultura – MINC*” (p.2)⁷.

O Documento de “*Linha do tempo do Museu das Bandeiras*” forneceu subsídios para apresentar todo histórico do Museu das Bandeiras que veremos a seguir⁸. Como já foi dito a década de 30, ainda foi um marco importante para as ações patrimoniais na Cidade de Goiás, com a realização dos diversos tombamentos de monumentos de forma individual pelo SPHAN e no mesmo período a Casa de Câmara e Cadeia é foi inscrita no livro de tomo de Belas - Artes, patrimonializando assim o seu edifício em 1937. O tombamento a nível estadual do edifício da Antiga Casa de Câmara e Cadeia só ocorreu em 1980, através da Lei nº 8.915 na Assembleia Legislativa do estado de Goiás. Ainda nesse mesmo ano a Delegacia Fiscal do Estado de Goiás fez a doação do seu acervo fazendário para o

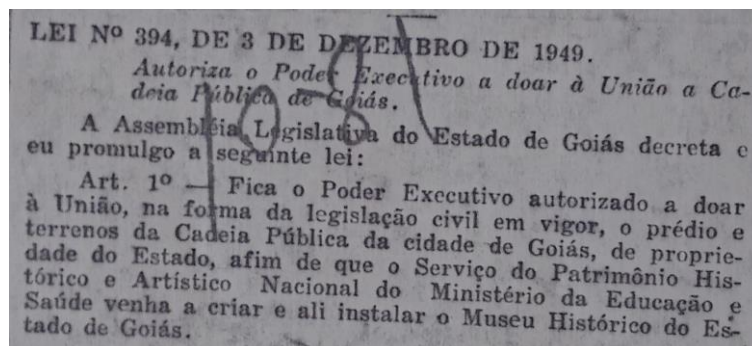
⁷ O referido documento não possui data de criação. Foi cedido para esta pesquisa em especial, pela Arquivista Tatielle Brito Nepomuceno, para relatar o histórico da instituição.

⁸ Quando for citado o termo DOCUMENTO, refere –se ao “*Linha do tempo do Museu das Bandeiras/IBRAM/Ministério da Cultura – MINC*”

futuro Museu Histórico a ser criado, constituindo assim o primeiro acervo recebido pelo Museu documento *“linha do tempo do Museu das Bandeiras”* (p. 1-6).

Portanto, era preciso “preparar o terreno” para que a recém registrada Casa de Câmara e Cadeia pudesse abrigar o futuro Museu Histórico de Goiás. O primeiro passo a ser dado para que se pudesse concretizar, foi o registro do edifício no livro de tomo de Belas - Artes pelo SPHAN, e logo depois a solicitação por parte do Governo de Goiás. Através de Jerônimo Coimbra Bueno, à Assembleia Legislativa de uma autorização para a doação do prédio da Antiga Casa de Câmara e Cadeia à União, doação essa que mais tarde seria de competência do DPHAN⁹, em 1970 transformado no IPHAN e desde 2009 a gestão do Museu passou ao IBRAM. O pedido de autorização é deferido e traduzido na Lei nº 394/49 que autoriza o Poder Executivo a doar à União a Cadeia Pública de Goiás, que tem como finalidade a criação do Museu Histórico de acordo com o Documento *“Linha do Tempo Museu das Bandeiras”* (p.1). A seguir será apresentado um fragmento desse documento de autorização da Assembleia Legislativa de Goiás.

Figura 3 - Lei nº 394/1949, documento autorizativo da Assembleia Legislativa de Goiás



Fonte: Cedida pelo Arquivo Histórico do MuBan.

A formação do acervo do futuro Museu Histórico também era um dos fatores essenciais para os idealizadores para a constituição da instituição. De acordo com o Documento de *“Linha do tempo do Museu das Bandeiras”* (p.2), então além do acervo fazendário da Delegacia Fiscal do estado de Goiás, o primeiro a ser incorporado, Rodrigo Melo Franco Diretor do DPHAN, solicita a autorização para a entrega do acervo da antiga “Casa da Intendência do Ouro” para incorporar também

⁹ 1946 – houve uma nova reorganização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, transformando - se em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, com a descentralização do órgão que atuava em todo o território nacional, criando distritos em 04 estados da federação.

ao acervo. Nos anos seguintes que se sucederam foram sendo incluídos cada vez mais acervos, sejam eles para compor o arquivo histórico ou o acervo museológico da instituição que contribuem para riqueza documental e museal que hoje pertence ao MuBan. “As inclusões foram feitas através de doações feitas a pedido de Rodrigo Melo Franco para a composição do museu como peças ou documentos da Associação Goiana de Imprensa - AGI, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiaz - IHGG, do Museu do estado de Goiaz, além da doação da Secretaria de Educação de Goiânia que efetivou a doação de uma bigorna de ferro, proveniente de Formosa - GO e peças remanescentes do altar da Igreja N. Srª do Pilar de Ouro Fino, além de compra de itens que viriam adensar o acervo” (Documento, p.2).

Ainda em conformidade com o referido Documento (p.2) a Casa de Câmara e Cadeia, entretanto, não havia sido projetada para abrigar um museu originalmente, e por isso haveria a necessidade de uma reforma, tanto para manutenção e reforços em relação a desgastes na estrutura do edifício, quanto para a adaptação do prédio para receber um Museu. Por esses motivos o diretor do DPHAN contratou os arquitetos Edgard Jacintho da Silva e Dimitry Rechnikow para as obras de restauração e adaptação do edifício. As fotos a seguir mostram primeiramente uma vista lateral do edifício antes de iniciadas as obras de reformas e adaptações representada pela Figura 4, e logo após a conclusão da restauração do edifício, representadas pelas Figuras 5 e 6.

Figura 4 - Vista frontal do edifício antes da reforma, 1949



Fonte: Cedida pelo Arquivo Histórico do MuBan

Figura 5 - Vista frontal do edifício após a reforma, 1951



Fonte: Cedida pelo Arquivo Histórico do MuBan.

Figura 6 - Vista lateral do edifício após reforma, 1951



Fonte: Cedida pelo Arquivo Histórico do MuBan

Até 1950, de acordo com o (Documento, p. 2-3), as atividades prisionais do edifício ainda funcionavam. Sendo que as atividades da Câmara já haviam sido encerradas em 1937 com a transferência da capital. Porém ainda continuavam ainda alguns detentos na cadeia cumprindo suas respectivas penas, mas com o início das obras de reforma do prédio, o Sr. Dimitry Rechnikow, construtor responsável pelas obras de reforma no edifício do MuBan, solicita a remoção dos últimos presos da cadeia, para que além da conclusão das obras a desocupação do prédio marcaria a perda de sua função original e o início de sua preparação para receber uma instituição museológica e seu acervo. Um mês após a essa solicitação, o Sr. Dimitry envia um comunicado ao Diretor do DPHAN, Rodrigo Melo Franco, sobre a desocupação dos presos da Cadeia para enfim poder instalar o Museu histórico no edifício. Esse ato de desocupação enfim retira do edifício sua funcionalidade remanescente como presídio e abre as portas para sua “nova”¹⁰ função como Museu, que irá abrigar a memória local, regional e nacional do estado de Goiás.

¹⁰ Como já dissemos o edifício já havia passado por um processo de tombamento pelo DPHAN em 1937, a sua nova funcionalidade deve - se a sua reformulação e adaptação para abrigar uma instituição de memória.

Conforme nos traz a informação o Documento “*Linha do tempo do Museu das Bandeiras/IBRAM/Ministério da Cultura – MINC*” (p.3), em 1954, os trabalhos nos núcleos de organização do acervo fazendário, fiscalização e gerenciamento do Museu finalmente começam, e o nome responsável por todas essas atribuições, assim como a administração do Museu e mais a representação do DPHAN no território goiano é o da senhora Yeda Socrates do Nascimento, era a pessoa contratada para ser responsável pelo Arquivo do Museu das Bandeiras, sob as instruções de Rodrigo Mello Franco. Ela foi a primeira profissional a ter contato com o acervo recém-incorporado pela instituição, depositando sob seus cuidados a árdua tarefa de organização do acervo e administração da instituição. A alta demanda de trabalho, o grande volume documental e pouco capital humano para executar todas as atividades necessárias para a organização do arquivo da Delegacia Fiscal, fazem com que a senhora Yeda Socrates solicite a permissão ao DPHAN para a convocação de auxiliares para dar mais celeridade a esse processo, pois a intenção era de inaugurar o Museu no ano seguinte, em 1955, pedido este que foi deferido. Após os esforços da senhora Yeda e seus auxiliares na formulação de um “Plano de Arranjo para a organização do arquivo fazendário ele é considerado aprovado por Carlos Drummond de Andrade, da Secção de História, Divisão de Estudos e Tombamentos do DPHAN” (Documento, p.3).

Figura 7 - Senhora Yeda Sócrates, 1960



Fonte: Cedida pelo Arquivo Histórico do MuBan.

Em 1955, em meio aos esforços para continuar o processo de organização do acervo do Museu das Bandeiras, o Diretor do DPHAN Rodrigo Mello Franco pleiteou uma solicitação conjunta com o Ministro da Educação e Cultura - MEC, Dr. Cândido Mota Filho, para com o Governo do Estado de São Paulo, uma autorização para que o Dr. Sérgio Buarque de Holanda, Diretor do Museu Paulista, ficasse sob fosse disponibilizado ao DPHAN durante uma semana para colaborar intelectualmente com o processo de organização do arquivo do Museu das Bandeiras. O pedido foi deferido e durante esse período ele contribuiu com o plano de arranjo, separação de coleções e a organização em aspectos gerais no arquivo do Museu. Segundo Rodrigo Mello Franco a partir desse dia, quando Sérgio Buarque de Holanda faz sua colaboração intelectual à organização do arquivo, o Museu Histórico ou Museu das Bandeiras passa a existir como Museu de fato, de acordo com o Documento de “Linha do tempo do Museu das Bandeiras” (p.3).

Na década de 60, os acervos museológicos e arquivísticos passam por seus primeiros processamentos técnicos o que possibilitou uma melhor conservação e preservação destes durante o tempo. Um deles foi através da conservadora e restauradora Lygia Martins Costa (Gomes e Carrijo, 2012), que realizou o inventário do acervo museológico do MuBan.

Em 1970, “a nomenclatura do DPHAN passa por transformações novamente convertendo - se no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN que passaria contar com 9 Diretorias Regionais. O movimento Pró-Memória/SPHAN veio posteriormente com a divisão em 1979 do IPHAN em SPHAN - órgão normativo - e Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) - órgão executivo - este último criado pela Lei nº 6.757/79, que irá desenvolver diversos projetos em conjunto com o Museu das Bandeiras, como a revitalização da exposição de longa duração do MuBan, sob a responsabilidade da servidora e museóloga Maria Célia Corsino, e providenciando um novo inventário dos objetos museológicos, mas agora em modelo de fichas” (Documento, p.5). Ainda de acordo com este Documento nas páginas 5 e 6 esse processo de inventariação começa em 1983 e só é finalizado em 1988 quando todo o acervo museológico é inventariado tomando por base os outros realizados anteriormente, e os adequando em forma de relatórios computadorizados. Em 1990 o Pró-Memória juntamente com o SPHAN são extintos e criado em seu lugar o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, porém através da Medida

Provisória da Presidência da República nº 752 de 1994 determina que o IBPC passe a se denominar novamente como IPHAN.

Entre os anos de 2004 até o final de 2006 o edifício do Museu das Bandeiras passa por novas intervenções físicas, ficando fechado durante todo esse período para a visitação. “A reforma foi realizada através do Programa MONUMENTA¹¹, o edifício do MuBan passou por diversas reforma visando a acessibilidade e adequação dos espaços dos Museus (banheiros, pátios e outros) para atender as normas da lei de acessibilidade e mobilidade urbana” (Documento, p. 5-6). Após todo esse trabalho de readequação para acessibilidade do edifício ocorre mais uma mudança, essa fruto do Plano Nacional de Museus - PNM. Propiciando a criação de mecanismos que viabilizou o fortalecimento das instituições museológicas no país, o que possibilitou, por sua vez, a sanção da lei nº 11.904/09 o Estatuto de Museus e da lei nº 11.906 que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM como uma autarquia do Ministério da Cultura que passaria a gerir as ações, projetos e atividades em relação à proteção dos bens museológicos e Museus em todo território nacional.

No escopo de criação dessa lei, a iniciativa de gestão do Museu das Bandeiras é afastada do IPHAN e colocada sobre a responsabilidade do IBRAM, a qual permanece até os dias de hoje. Sua importância hoje é reconhecida pela população da Cidade de Goiás, visitantes e pesquisadores que desbravam, através da pesquisa, as mais diferentes perspectivas dessa instituição de memória.

¹¹ Foi um programa com vistas à proteção do patrimônio histórico nacional, em cidades sob proteção do IPHAN, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID desenvolvia ações de restauro e preservação do patrimônio Nacional.

2 ARQUIVO DE MUSEUS, TRAÇANDO PARÂMETROS

A concepção de uma relação prática entre a Museologia e a Arquivologia, nem sempre se mostra com algo consensual no âmbito teórico. Porém essas relações acabam ocorrendo no âmbito prático e por vezes é visto como algo natural e pouco percebido, devido a diversos fatores como as diversas rotinas de atividades desenvolvidas em cada instituição por cada um desses profissionais. Ademais, será necessário o entendimento de como cada instituição museológica funciona internamente. A formatação organizacional varia de instituição para instituição, no que diz respeito à separação de setores e organização de pessoal, para aplicação dos parâmetros que serão apresentados. Ao promover essa reflexão sobre essas relações práticas fica claro que a colaboração de cada profissional possui sua importância na construção de uma narrativa sobre a conservação e comunicação do conteúdo das instituições museológicas.

No que diz respeito à construção teórica de uma relação entre as áreas de Arquivologia e Museologia, temos poucas produções científicas vindas de pesquisadores de ambas as áreas. Vale ressaltar que por se tratar de uma pesquisa em sua “fase inicial” as concepções teóricas para a construção dos parâmetros das relações práticas terão como base a reflexão de bibliografias mais recentes. Devido a isso é necessário a compreensão de alguns conceitos importantes dentro do escopo para esse estudo. A noção de Museologia como Ciência pode ser entendida a partir da compilação de definições feitas por Devallés e Mairesse no livro “Conceitos chave da Museologia” no qual explicitam que,

(...) acepção do termo é geralmente utilizada em grande parte do meio universitário ocidental e aproxima-se da etimologia do termo que remete ao “estudo do museu”. As definições mais correntemente utilizadas se aproximam daquela que foi proposta por Georges Henri Rivière: “Museologia: uma ciência aplicada, a ciência do museu. Ela o estuda em sua história e no seu papel na sociedade, nas suas formas específicas de pesquisa e de conservação física, de apresentação, de animação e de difusão, de organização e de funcionamento, de arquitetura nova ou musealizada, nos sítios herdados ou escolhidos, na tipologia, na deontologia” (Rivière, 1981). A museologia opõe-se, de certo modo, à museografia, que designa o conjunto de práticas ligadas à museologia. (Devallés; Mairesse 2010, p.61).

Logo, o conceito a ser utilizado de Museologia é de ser a “Ciência do museu” que abrange o estudo do museu e o seu papel dentro da sociedade. Esse conceito foi selecionado em detrimento de outros por dois fatores: o primeiro porque é necessário nesse estudo que a Museologia seja vista como uma ciência e em segundo lugar para separar o conceito da “museografia” que muitas vezes se confunde por conta de serem palavras parecidas, apesar de sentidos diferentes. Já para Stránský (1980), a Museologia é uma disciplina científica cujo objeto de estudo se dá através da atitude do homem sobre a realidade. Define ainda a Museologia como uma Ciência Social que contribui para a compreensão do homem na sociedade. Os Museus enquanto instituições que promovem a salvaguarda da memória são conceituados por um compilado de Devallées e Mairesse como:

(...) é possível, assim, definir o museu, de maneira ampla e mais objetiva, como “uma instituição museal permanente, que preserva as coleções de ‘documentos físicos’ e produz conhecimento a partir deles” (van Mensch, 1992). Schärer, por sua vez, define o museu como “um lugar em que as coisas e os valores que se ligam a elas são salvaguardados e estudados, bem como comunicados enquanto signos para interpretar fatos ausentes” (Schärer, 2007) ou, de maneira à primeira vista tautológica, o lugar onde se realiza a musealização. De modo mais amplo ainda, o museu pode ser apreendido como um “lugar de memória” (Nora, 1984-1987; Pinna, 2003), um “fenômeno” (Scheiner, 2007), englobando as instituições, os lugares diversos ou os territórios, as experiências, ou mesmo os espaços imateriais”. (Devallée; Mairesse 2010, p. 65).

Para Loureiro (2008) os museus são espaços onde prevalecem os objetos bi e tridimensionais de tempos e espaços diferentes, que exercem significados únicos na concepção da natureza/cultura e na dimensão histórica. A preservação desses objetos se dá não somente pelo aspecto físico, mas também a análise dos conteúdos simbólicos. A definição de museus também atravessa o campo jurídico através da lei que institui o Estatuto de Museus que o define:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, p.1).

Por outro lado, a Arquivologia é definida pelo Arquivo Nacional (2015) como uma disciplina que estuda os arquivos e suas funções, juntamente com suas técnicas relacionadas à produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos, natureza disciplinar. Muitos autores relacionam a Arquivologia à Arquivística considerando-as como um meio termo. Esse é o caso de Santos (2011) que se aproveita de uma situação já estabelecida no país: a utilização de ambos os termos. Com a reorientação da interpretação atual da relação de sinonímia entre esses termos e o âmbito internacional, produzindo reflexo na realidade brasileira, essa mudança paradigmática na área tem influenciado a consolidado a denominação Arquivística. Já o arquivo é definido pelo Arquivo Nacional (2005) como um conjunto de documentos, que podem ser produzidos ou acumulados por entidades coletivas, públicas ou privadas, pessoal ou familiar no decorrer de suas atividades, independentemente de seu suporte.

Outro conceito de importância neste estudo é o da Ciência da Informação, entendida por Silva (2006) como:

Ciência da Informação é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenômeno informacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamentos informacionais (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transformação e utilização da informação). (SILVA, 2006, p. 140).

O viés mais relacionado a uma ciência social é abordado na perspectiva de Silva (2006) e também para Saracevic (1996) que define:

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (SARACEVIC, 1996, p. 47).

A confluência interdisciplinar prática entre a Museologia e a Ciência da Informação é entendida por Pinheiro como:

Independentemente de constatações da prática profissional, há indícios de convergências teóricas entre Ciência da Informação e Museologia que se manifestam de diferentes formas: em abordagens,

aplicações, aspectos técnicos ou operacionais, acadêmicos e tecnológicos. (PINHEIRO, 2012 p.12).

Esse fator possibilita a relação prática (técnicos e operacionais) entre a Museologia e Arquivologia, trazendo convergências importantes para os dois campos de atuação. O conceito utilizado para esse trabalho é o de Japiassu e Marcondes (1991) que definem interdisciplinaridade enquanto:

Método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si, esta interação podendo ir da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa, nova etapa do desenvolvimento do conhecimento científico e de sua divisão epistemológica, e exigindo que as disciplinas científicas, em seu processo constante e desejável de interpenetração, fecundem-se cada vez mais reciprocamente. (JAPIASSU; MARCONDES 1991. p.136).

O acervo arquivístico e suas práticas é o foco dessa pesquisa, que é definido por Bevilacqua (2010) como uma documentação de valor probatório e administrativo de caráter corrente, mas também pela documentação permanente de uma instituição. Esses conjuntos de documentos podem fazer parte do arquivo institucional e outros nos casos dos acervos arquivísticos de museus podem acompanhar obras em processos de tramitação permanentes.

No final século XX alguns autores já se debruçaram sobre as relações interdisciplinares entre a Arquivologia, Museologia - e a Biblioteconomia, apesar da última não estar presente no contexto de estudo, é contemplada frequentemente na literatura que trata a respeito desse assunto. Dessa forma, Alonso-Muñoyerro (1997) traz uma reflexão dessas relações práticas através dos fundos de arquivos presentes dentro dos museus, separando - os em: *fundo administrativo* - responsável pelas atividades correntes das instituições tais como documentos de expediente, correspondências e afins; e *fundo ou série documental* - ligado à prática museológica desenvolvida no museu com caráter histórico e científico. Dessa maneira defende a concepção de que se trata da não divisão desses fundos, mas sim a integração de ambos constituindo um fundo somente com separação temática por códigos.

Em paralelo às discussões sobre a construção de uma integração das áreas, Smit (1999) traz a concepção da Museologia, Arquivologia e Biblioteconomia como as “três Marias” elencando características de diferenças e semelhanças entre as áreas, sejam elas por seus campos de atuação, tratamento e gestão documental ou disseminação da informação. A autora ainda destaca semelhanças e diferenças entre essas áreas, as quais ressaltam como pontos em comuns três grandes grupos divididos pela organização da Gestão de Memória (Coleção, seleção de documentos e objetos), produção da informação documentária e a mediação da informação documentária, comunicação da informação documentária objetivando uma transferência efetiva da informação, levando em conta a necessidade de informação do usuário/visitante, outro ponto de convergência ressaltado é a institucionalização da informação independente do suporte.

No século XXI as pesquisas se adensam e começam a ganhar espaço nos discursos acadêmicos. Pautados quase sempre na busca de critérios e eixos integradores históricos e metodológicos, esses estudos conseguem remontar um cenário onde a Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia são áreas passíveis de integração e colaboração. Exatamente em meio a uma construção teórica e disciplinar sobre a relação dessas áreas Espírito Santo e Murguia (2006) propõem uma reflexão sobre a organização das áreas de conhecimento Museologia, Arquivologia e Biblioteconomia que remonta um modelo do *Spectrum* proposto por Homulus (1990), onde as áreas de conhecimento seguiam em linha contínua e quando terminava a competência de uma área começa a de outra, e sugere um modelo de relacionamento das áreas de conhecimentos citadas como uma forma pendular, que, segundo os autores corresponde a uma:

insistente relação pendular institucional atraída por interesses da documentação/informação, por políticas culturais restritas ou amplas, por trocas sistemáticas ou pelas fragilidades tecnológicas, por rupturas de interesses nas flutuações econômicas brasileiras. Todo esse conjunto de fatores contribui para confirmar que tais relações institucionais, situadas num espectro são, na verdade, pendulares. (ESPIRITO SANTO; MURGUIA, 2006, p.7).

Do mesmo modo, quando se trata da relação dos museus, como sistemas de informação complexos, como múltiplas possibilidades práticas com relação com outras tipologias de acervo, em especial o acervo arquivístico,

existem discussões que nos remetem novamente à cooperação dos campos em um viés prático. Por isso, Marques (2010) discute e defende a relação e integração das coleções dentro de museus, sejam elas coleções museológicas, arquivísticas e bibliográficas para uma maior articulação dos museus como um sistema de informação que iria viabilizar o acesso às práticas, à gestão e intercâmbio de informação. Segundo a autora:

(...) refletir sobre uma nova abordagem conceptual que considera o museu como um sistema de informação de acordo com o pensamento teórico desenvolvido no seio da Ciência da Informação. Acreditamos que somente por via da reflexão teórica se poderá constituir sólidas bases onde possam assentar eventuais reestruturações técnicas e metodológicas do trabalho em museus. (MARQUES, 2010, p.5).

No que tange a possibilidade de integração epistemológica entre as áreas de Museologia e Arquivologia, Araújo (2011) revela condições teóricas para uma possibilidade de uma integração epistemológica entre a Museologia e a Arquivologia, através de cinco pontos de circunscrição, que seriam eles: o sujeito e a relação da instituição com a sociedade, o estudo sobre a representação de acervo, abordagens contemporâneas sobre essas instituições apontando fluxo de mediações com sistemas capazes de integrar acervos, serviços e etc., e a Ciência da Informação como campo capaz de proporcionar uma interdisciplinaridade para as áreas.

Assim sob a perspectiva da Museologia e Arquivologia enquanto áreas do conhecimento, essas possuem fatores que possibilitam a interdisciplinaridade e o entrelaçamento das duas áreas por meio da Ciência da Informação. No mesmo escopo intelectual de uma integração entre as duas áreas de conhecimento, Tanus e Araújo (2012) elencam proximidades teóricas entre a Museologia e Arquivologia através de cinco conceitos – chave: a instituição, memória, documento, informação e interdisciplinaridade:

Sabe-se que, ao lado de uma produção científica que busca apresentar pontos em comum, subsiste outra produção, que busca a marcação das distinções entre os campos, entre as instituições. Considera-se que a presença de conceitos transversais acentua a proximidade entre os campos científicos. Tais relações não devem ser desprezadas por conta das relações de poder, mas devem ser resgatadas e desenvolvidas por meio de pesquisas teóricas, epistemológicas, que visem à investigação da apropriação e da reformulação de tantos outros conceitos comuns que também perpassam esses campos, como: representação, disseminação, preservação, mediação, comunicação, usuários, entre outros. (ARAÚJO; TANUS 2012, p.35).

Estabelecem dessa maneira relações e realizam apontamentos para uma maior difusão de pesquisas sobre a interdisciplinaridade das áreas. Araújo (2014) debruça - se sobre a aproximação desses campos como áreas afins dentro da Ciência da Informação, bem como a não supressão desses campos dentro da CI, mas contribuindo para uma maior produção intelectual, teórica e conceitual advinda de uma aproximação e cooperação dessas três áreas. Já Silva (2013), propõe uma elucidação das funções e características de arquivos de museus as quais estão:

(...) o que se pode perceber é que as características apontadas para os arquivos de instituições museológicas referem-se essencialmente a duas funções básicas dos arquivos de museus: recolher e colecionar. A função de recolher refere-se à função de arquivo institucional do museu; e a função de colecionar refere-se à de preservar o acervo arquivístico adquirido pelo museu, de acordo com a política de aquisição institucional. Cada uma dessas funções possui características e procedimentos próprios, incluindo diferenças no processamento técnico das informações. Podemos resumir as duas funções como: recolher e colecionar. (SILVA, 2013, p. 39).

A autora define assim a função do arquivo de museu como permanente ou histórico, que trabalha no recolhimento dos documentos produzidos pela instituição no exercício de suas atividades e depois que perdido seu valor administrativo ainda possuem um valor histórico de interesse para a instituição. Por fim a reflexão trazida pela autora propõe um programa de gestão de documentos flexível para que possa absorver novas atividades e programas de forma que se torne um processo contínuo e não engessado, o trabalho em conjunto do profissional arquivista e museólogo para o planejamento de atividades estabelecendo limites para atuação de cada um e a necessidade de um tratamento para essa tipologia de acervo.

Martins e Indolfo (2017) produzem uma série de reflexões sobre a inserção de documentos arquivísticos em seus contextos e sua caracterização dentro de uma instituição museológica, através do mapeamento das atividades e funções museológicas. Para os autores, os documentos pertencentes aos arquivos, são de primordial importância para se entender o contexto destes dentro dessa instituição museu, mostrando que:

Mais do que conceituar e demarcar semelhanças e diferenças entre os documentos museológicos e arquivísticos, entre instituições museológicas e arquivísticas, ou até entre a Museologia e a Arquivologia, o ponto crucial é entender o contexto arquivístico de uma instituição museológica. É compreender a teia de circunstâncias e o enredo em que os documentos arquivísticos são criados, mantidos e utilizados em museus, entendendo, inclusive, as razões de possíveis equívocos em seu processamento. (MARTINS; INDOLFO, 2017, p. 18).

Dessa forma, apontam que mais do que entender o mapeamento de funções ou atividades desenvolvidas dentro dos museus e seus arquivos é de primordial importância que se problematize e se tenha o entendimento sobre o contexto de cada uma dessas atividades, colocando-as como peça-chave para a compreensão dessa estrutura relacional. Ainda sob a perspectiva de possíveis relações entre as áreas de Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação, Silva (2018) trabalha com os fundamentos históricos (através de uma identificação de pontos históricos em comum, referências do que são as áreas, conexão que remete a uma aproximação teórico-conceitual das áreas, mediação, comparações elencando semelhanças e diferenças, vínculo e por fim o relato que traz a narrativas que buscam expor o conjunto de relações entre os campos), epistemológicos (relacionados a conceitos e práticas de documentação e informação em comum, a ideia da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia contribuírem disciplinas e a Ciência da Informação um campo do conhecimento), curriculares disciplinares e aplicacionais (este representa uma síntese dos demais paradigmas de observação/comparação da relação desses campos que são: o ensino, pesquisa, extensão, atuação profissional, atuação política, práticas institucionais).

Portanto, percebe-se que não há uma concepção definitiva e engessada sobre as relações dos dois campos estudados, tanto dentro da Ciência da Informação (CI) como fora, mas sim um compilado de contribuições que permitem diversas perspectivas diferenciadas sobre o tema. Vejo essas percepções diferenciadas, não como causadores de possíveis conflitos, mas sim como um fator de agregação para novas possibilidades que poderão vir e até mesmo um aprofundamento das abordagens já trabalhadas.

2.1 Arquivos de Museus ou Arquivo em Museus?

A primeira questão que provavelmente é suscitada, por profissionais Museólogos, Arquivistas e membros da direção e controle do museu, ao se tratar de arquivos dentro das instituições museológicas seriam a seguinte: Qual função que esse arquivo desempenharia no tratamento e manutenção da função museológica do museu?. Indo mais além com essa questão, surge ainda uma indagação sobre a forma de como que seria organizado estruturalmente esse arquivo. Seria um arquivo somente institucional? Para abrigar as documentações relativas às atividades administrativas dos museus, tais como pagamento de encargos com pessoal, atividades financeiras e compras feitas pela instituição ou seria estruturados dois arquivos, um para as atividades administrativas e o outro para abrigar documentos de caráter histórico, documentação museológica e outros derivados da função museológica? São questionamentos que são decididos no momento de estruturação da instituição e que possuem importância para o desempenho das atividades do museu em seu cotidiano. Decisões que afetam principalmente a relação das duas profissões e seus profissionais, Arquivistas e Museólogos.

Nos últimos anos os arquivos vêm obtendo papel de destaque na maioria das instituições sejam elas repartições públicas, escolas ou empresas privadas. O arquivo está lá, exercendo seu papel de salvaguarda da memória institucional do local onde ele está inserido. Além do desempenho dessa função, ele executa outras, como a função comprobatória e fornecimento de informações, possuindo relevante importância para essas instituições do ponto de vista administrativo e institucional na organização dos documentos. As atuações dos arquivos estão vinculadas geralmente com a pesquisa, preservação, disseminação da informação e gestão documental do seu acervo através do tempo.

Os museus por sua vez, são instituições de memória tais quais os arquivos são. Possuindo muitas vezes, ao seu modo e de acordo com a tipologia do seu acervo, valor comprobatório de algum fato ou evento histórico. Os museus são responsáveis pela realização de atividades de salvaguarda da memória, comunicação e pesquisa do seu acervo. A sua importância para

sociedade é imprescindível, e se dar tanto no caráter educacional, histórico ou cultural. Os museus assim como qualquer outra instituição já mencionada anteriormente necessitam de um arquivo. Podendo afirmar a partir desse momento que um instituição ou museu sem um arquivo instituído e organizado não existiria. O arquivo de um museu possui características próprias que o diferencia de um arquivo comum. As funções desempenhadas por esses arquivos são o que proporciona esse contraste. De acordo com Carlin (1999) os arquivos de museus possuem três tipos de documentos que são eles:

1) documentos que formam parte de suas coleções, incluindo itens como mapas, fotografias e materiais audiovisuais; 2) material arquivístico relativo às suas coleções, (fichas de registro dos objetos das coleções, informações sobre aquisição, entre outros); e 3) os próprios arquivos institucionais (CARLIN 1999, p.46 *apud* HANNESCH 2013, p.108).

Esses “documentos” que o autor cita, estariam relacionados à função que os arquivos de museus exerceriam dentro de cada instituição. Para nosso estudo, o conceito de funções dos arquivos de museus elaborada por Carlin (1999) não será adotado. O conceito utilizado será o que Silva (2013) traz, com a simplificação das funções dos arquivos de museus entre o “recolher”:

(...) funções dos arquivos de museus institucional **RECOLHER** “Os arquivos de museus exercem o papel de arquivo permanente (ou histórico) da instituição, recolhendo os documentos produzidos e acumulados pelo museu no exercício de suas atividades. Também deve ser da responsabilidade do arquivo a implementação e o gerenciamento de um programa de gestão de documentos, que regule a produção documental do museu”. (SILVA, 2013 p.40).

e o “coleccionar”, conforme diz no trecho:

(...) funções dos arquivos de museus aquisitor de acervos arquivísticos **COLECIONAR** “Os arquivos de museus têm a missão de atuar no planejamento da política de aquisição de documentos arquivísticos por parte da instituição, em conformidade com a de acervos museológicos. Os museus, em geral, praticam uma constante busca de novos itens que complementem sua coleção, seja por compra, doação, permuta ou comodato. Os itens adquiridos para integrar o acervo do museu podem possuir características de documentos bibliográfico, museológico ou arquivístico”. (SILVA, 2013 p.41).

Essas funções de acordo com Silva (2013), são desempenhadas não de formas isoladas, mas em conjunto dentro dos arquivos dos museus. Ambas desempenhando papéis em forma de cooperação nos arquivos dentro de

museus. Por um lado a função de recolher desenvolve atividades relacionadas ao acolhimento de documentos produzidos pelo o museu em função de suas atividades cotidianas no arquivo permanente - ou histórico. A função de colecionar por sua vez, relaciona - se com a capacidade desses arquivos de adquirirem e preservarem coleções que fazem parte do acervo museológico, mas que não somente se aplicam a este, podendo ser incorporados acervos arquivísticos e bibliográficos.

Além das modalidades de funções de arquivos, ainda existe uma discrepância conceitual, quanto a modalidade de nomenclatura do arquivo *de* museus ou arquivo *em* museus. Na qual podem se classificar em qual modalidade o arquivo dentro de uma determinada instituição museológica se encontra. Mas afinal qual a diferença? Segundo Hannesch (2013) a diferença é simples, separando - os arquivos de acordo com a nomenclatura na função cotidiana do museu relacionadas com as atividades- meio¹², ou institucionais como também são chamadas, e nas funções relacionadas com as atividades-fim¹³ da instituição, que exercem o cumprimento da função institucional ou museológica da instituição. Dessa maneira, entende - se que os Arquivos *em* Museus :

(...) são resultantes das iniciativas de reunião de arquivos e fundos documentais, relacionados com as atividades e a missão regimental da entidade, adquiridos com o objetivo de promover o cumprimento de sua função museológica” (HANNESCH 2013, p.114).

Essas atividades relacionam - se intrinsecamente com os arquivos históricos, uma espécie de arquivos permanentes, que abrigam coleções documentais pertencentes ao acervo do museu e documentos relacionados a essas atividades, como por exemplo a documentação museológica. Ao mesmo tempo em que se entende como Arquivos *de* Museus:

(...) são aqueles constituídos por documentos gerados no exercício das atividades realizadas cotidianamente em todas as suas unidades técnicas, administrativas e de pesquisa, compreendendo o que pode ser chamado de arquivo institucional, visto que é o acervo decorrente da produção sistemática e orgânica interna e da recepção externa de

¹² Atividade - Meio: Nomenclatura da Arquivologia, para o conjunto de atividades de caráter auxiliar ligadas à área administrativa que dão suporte à atividade principal de uma instituição.

¹³ Atividade - Fim: Nomenclatura da Arquivologia, para o conjunto de atividades principais de uma instituição.

documentos, sendo reflexo das ações da entidade museológica” (HANNESCH 2013, p.112).

De acordo com o ponto de vista de Hannesch (2013) os arquivos de museus seriam os relacionados com as atividades corriqueiras da instituição, que decorrem das atividades administrativas diárias. As classificações dos arquivos dentro das instituições museológicas podem parecer simples, mas possuem uma complexidade elevada do ponto de vista prático. Pois, na teoria há essa separação de arquivo de museus e arquivos em museus, que na prática não existe ou existe de forma deficiente. Na prática há uma mescla desses conceitos e as atividades dos arquivos acabam sendo desenvolvidas de forma quase que conjuntas. O que é claro, que gera muitos problemas quanto ao arranjo, gestão documental e preservação do acervo.

Hannesch (2013) ainda complementa seu estudo sobre os arquivos dentro das instituições museológicas do seguinte modo:

No exercício desta custódia, geralmente o museu implementa um serviço ou uma unidade administrativa que abriga estas “coleções”. Não é incomum, entretanto, que tais unidades sejam responsáveis pela gestão do arquivo institucional, ou, em oposição, estejam subordinadas a área de gestão do acervo museológico, tendo uma separação clara do arquivo institucional (HANNESCH, 2013, p.114)

A autora ainda cita a possibilidade dessas instituições museológicas criarem setores administrativos específicos para abrigar esses arquivos. Dessa forma, podemos observar que existe uma separação clara tanto das funções dos arquivos dentro de museus, que não se dá somente por uma mudança de nomenclatura. Portanto, o arquivo a ser analisado no nosso estudo de caso seguiria o conceito de arquivo *em* museu. Por ser um arquivo relacionado a função museológica da instituição, que abriga tanto as coleções de documentação histórica, quanto a documentação museológica e outras decorrentes das atividades realizadas no museu. O arquivo administrativo do MuBan não será estudado dentro desse recorte, porém será mencionado como parte integrante da organização administrativa do museu.

2.2 Parâmetros para as aproximações

Ao definir pontos que possibilitem contribuições práticas entre a Museologia e a Arquivologia, busquei aqueles em que se analisam as convergências partindo de grandes áreas de trabalho prático, para desdobramentos menores com um maior nível de detalhamento em cada um deles.

Os parâmetros de convergências para as possibilidades de aproximações entre a Arquivologia e a Museologia no dia a dia de trabalho dos profissionais Museólogos e Arquivistas dentro de um museu foram divididos em dois grandes blocos. As escolhas destes parâmetros tiveram como base a ideia proposta no artigo “*Bibliotecas, arquivos e museus: Convergências*” de Maria Christina Barbosa Almeida (2016), a partir dele pode – se desenvolver os blocos e subtópicos a seguir. O primeiro parâmetro, que corresponde ao primeiro bloco, é o **Acervo**. Tanto o arquivo quanto o museu possuem acervos, portanto ao se tratar do tema, este parâmetro sempre irá aparecer com mais destaque. Dentro do bloco acervo, há mais dois desdobramentos que irão possibilitar ainda mais essas relações práticas entre as duas áreas e os resultados do estudo de campo, que são: Coleções no Arquivo Histórico e documentação museológica.

Quadro 1 - Bloco de parâmetro: Acervo

<u>Bloco</u>	Acervo
<u>Subtópicos analisados</u>	<ul style="list-style-type: none">• Coleções no Arquivo Histórico• Documentação Museológica

Fonte: Elaboração própria.

O acervo é apresentado como o parâmetro geral para as aproximações. Relacionados a ele ainda há dois subtópicos com características relevantes para instituição escolhida para o estudo de caso, o Museu das Bandeiras. O parâmetro acervo é utilizado nesta pesquisa para os documentos arquivísticos (acervo do MuBan), não sendo incluídos para o estudo de caso o acervo museológico.

O primeiro subtópico é voltado para as *coleções no Arquivo Histórico* do MuBan que fazem parte, ao mesmo tempo, do acervo museológico e do acervo arquivístico da instituição. Sob a guarda do ArqMuBan e está em constante apreciação para pesquisadores, exercendo uma de suas funções dentro da Arquivologia, e exposições, como função museológica, tanto pelo setor arquivístico quanto para o setor museológico. Constituindo assim possibilidades de aproximações entre as áreas.

O segundo subtópico é o da *documentação museológica*, que também está sob a guarda do setor de arquivo permanente do museu o ArqMuBan. A relação entre as duas áreas consiste no tratamento da documentação museológica dentro do arquivo permanente. Toda ela possui código de classificação e gestão documental, procedimentos prestados a qualquer um dos outros documentos do arquivo. Além disso, essa documentação ainda passa, ao mesmo tempo, por constantes procedimentos museológicos como: atualização da ficha catalográfica dos objetos, documentos de aquisição, permuta, alienação ou comodato dos objetos. Essa documentação pode ser entendida registros documentais e documentação de apoio de acordo com Almeida:

Os registros documentais sobre as coleções são formados por informações cumulativas e são compostos por uma parte 'passiva' - como a descrição física do objeto e a trajetória deste antes de sua aquisição pelo museu - e por uma parte 'ativa', sujeita a modificações - como a localização da obra, estado de conservação, circulação, etc. A documentação de apoio, por sua vez, incluiria: documentação da conservação, documentação de registros fotográficos, documentação biográfica, documentação institucional, documentação de eventos, documentação de atividades e documentação textual. (ALMEIDA, 2016, p.167).

Essa documentação mencionada, possui um aporte dentro do ArqMuBan, sem deixar de pertencer ao setor museológico, promovendo constantes comunicações entre o acervo e os profissionais de ambas as áreas.

O segundo bloco de parâmetro para atestar essas aproximações é o da **disseminação da informação**. Este bloco assim como no do acervo, terá seu desdobramento em mais três subtópicos, que irão auxiliar na compreensão desse parâmetro. A disseminação da informação é uma função inerente a qualquer instituição de memória, sejam eles arquivos, museus ou bibliotecas, o

dever dos profissionais que fazem a gestão dessa informação nestas instituições é preservá-la para que ela possa ser disseminada ao público ou usuários. Por isso esse bloco merece uma atenção especial, já que muitas das atividades que se realizam dentro dele estão presentes tanto nos museus quanto nos arquivos.

Quadro 2 - Bloco de parâmetros de Disseminação da Informação

<u>Bloco</u>	Disseminação da informação
<u>Subtópicos analisados</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Exposições • Acervo disponibilizado digitalmente • Pesquisa

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro desdobramento desse bloco é o de *exposições*. Ele será utilizado como parâmetro, devido a outro desdobramento já citado no bloco do acervo que é a existência de coleções dentro do Arquivo Histórico. Devido a isso é possível que o MuBan tenha em suas exposições museológicas, sejam elas temporárias ou permanentes, a presença de documentos do Arquivo Histórico. Esses documentos exercem funções ora de gestão documental dos arquivos, ora como “objetos museológicos” pois, eles também fazem parte do acervo museológico da instituição. Nas exposições, há essa possibilidade de relação entre as duas áreas e seus profissionais que cooperam entre si, gerando um intercâmbio de conhecimentos através do acervo e pesquisa para a formulação de uma exposição.

O segundo desdobramento que se mostra como um parâmetro promissor como procedimento de preservação da informação e economicidade na atualidade é o *acervo disponibilizado digitalmente*. Este parâmetro, apesar de constituir um desafio para as instituições, por conta de falta de equipamentos e pessoal para realizar as digitalizações, têm sua importância no que diz respeito à facilidade de dispor uma informação ao público ou usuário.

As relações nesse subtópico se dão na forma como os profissionais se organizam para deixar essas informações disponíveis ao público/usuário. Sobre isso Almeida traz o entendimento que:

O ambiente físico e o digital reforçam-se mutuamente. As conexões entre informação e objetos facilitadas pelo ambiente digital aumentam a visibilidade das coleções e podem gerar maior desejo de visita às instituições, o que deve ser encorajado por seus gestores. A consulta às coleções digitais podem, ainda, ocorrer após a visita, para reavivar uma lembrança ou emoção ou para aprofundar conhecimento ou, ainda, para contato com textos integrais ou conjuntos de informações despertado a partir da visita presencial às instituições. (ALMEIDA, 2016, p. 175).

Portanto, além de ser encorajada por gestores, a disseminação da informação por via digital, possibilita que se gere a cooperação entre os profissionais, em busca de melhores formas de difundirem as coleções da instituição. O terceiro e último desdobramento que age como um parâmetro dentro do bloco da disseminação da informação é o da *pesquisa*. Sobre isso, Almeida (2016) diz que as experiências de pesquisa em museus, assim como as nos arquivos são sempre mediadas, para que o usuário/público possa ter um maior acesso a coleção/acervo da instituição. Portanto, a pesquisa é um dos principais meios de relação prática entre as áreas, sabendo que ambas desempenham essa função. Entendendo que as coleções dentro do Arquivo Histórico são partes integrantes do acervo museológico, toda a ação de consulta a esses documentos está relacionada à pesquisa (função museológica), mas também à pesquisa relacionada aos arquivos históricos/permanentes. No caso do Muban essa pesquisa, apesar de estar atrelada as coleções dentro do Arquivo Histórico (acervo museológico) são mediadas pelo setor de arquivo da instituição, mostrando mais uma vez como essas duas áreas estão interligadas em suas atividades dentro dessa instituição.

Enfim, esses modelos buscam evidenciar essas aproximações já existentes no exercício profissional cotidiano das instituições, trazidos para essa pesquisa em formato de parâmetros que serão analisados. Estes que aqui foram apresentados possuem um efeito agregador das atividades dos dois campos de atuação, Museologia e Arquivologia.

3 O ESTUDO NO MUSEU DAS BANDEIRAS

Após a distinção dos arquivos em museus, da definição dos parâmetros para a contribuição prática no dia a dia do trabalho da Museologia e da Arquivologia, podemos nos debruçar sobre o estudo de caso realizado no Museu das Bandeiras. Estudo esse realizado sob a perspectiva de guia da arquivista Tatielle Brito Nepomuceno e a Historiadora Milena Bastos Tavares da instituição. Como já comentamos que nem sempre essas relações práticas de cooperação e integração profissional são harmoniosas, até porque se tratam de áreas de estudos que ao mesmo tempo em que possuem alguns pontos de identificação, existem outros que são diferentes e por esse motivo podem causar alguns atritos ou discordâncias na hora de tratar o acervo e a informação. Embora esse não seja o caso do Museu das Bandeiras, o formulário de pesquisa foi aplicado somente com os funcionários do setor de arquivo da instituição, porque nos interessava ver com mais detalhes a função da prática arquivística, representada pelo arquivo no MuBan, e a prática museológica se aproximando dela, sob a perspectiva de aproximação das áreas pautadas no Arquivo Histórico da instituição museológica.

Como já foi mencionado, o fato de ter escolhido o Museu das Bandeiras como o local para o estudo de caso se deu por dois motivos. O primeiro está relacionado à importância histórica de seu acervo, do prédio e do território onde está localizado, constituindo um local de relevante interesse histórico para o estado de Goiás e toda a Região Centro - Oeste do país. E em segundo, está relacionado a condição singular que encontrei na gestão de sua coleção documental histórica, que é pertencente ao mesmo tempo ao setor de arquivo da instituição e ao setor museológico. O que acontece é que mesmo pertencendo aos dois setores, a coleção é gerenciada pelo setor de arquivo, e por isso passa por todos os procedimentos de gestão documental típica da atividade arquivística. Já atividade museal como a documentação museológica, aparece em um segundo plano como se verá mais à frente.

Este capítulo será delimitado ou dividido de acordo com os parâmetros definidos no capítulo anterior para uma maior fluidez ou compreensão dos resultados. As singularidades e atipicidades serão apresentadas como uma forma de trazer à baila componentes que possuem uma relevância no estudo dessas relações práticas, componentes esses que já foram mencionados no tópico anterior. É claro que nem os parâmetros apresentados e nem os resultados encontrados através deles, foram esgotados nesta pesquisa, podendo outras, futuramente, definirem outros parâmetros e trazerem mais resultados, mas o que se busca aqui é trazer uma compreensão de um ambiente onde se dão essas relações e como elas são possíveis, tudo isso dentro da realidade experienciada dentro do Museu das Bandeiras - MuBan.

3.1 Parâmetro Acervo

Este parâmetro é o mais relevante e extenso dentro de todo o conjunto que será analisado, pois através dele é possível que venham fluir outros desdobramentos. O acervo representa a alma de qualquer uma instituição de memória seja ela arquivos, museus ou bibliotecas, ele representa quem a instituição é dentro do contexto social onde está inserida.

No MuBan o acervo será analisado por si só como um bloco responsável por algumas das relações práticas entre arquivistas e museólogos, que terá dois desdobramentos: Coleções no Arquivo Histórico e Documentação Museológica. Vale ressaltar que o acervo referido é o de coleções documentais dentro do Arquivo Histórico. O acervo representa o pontapé inicial quanto à análise às relações práticas entre as áreas arquivística e museológica.

3.1.1 Coleções no Arquivo

Ao se tratar do primeiro desdobramento, a existência de coleções dentro do Arquivo Histórico do Museu das Bandeiras - AraMuBan, este representa uma gama de documentos que pertence tanto ao MuBan quanto ao Arquivo Histórico. Apesar de estar sob a guarda desse, as coleções são utilizadas

frequentemente pelo Setor Museológico da instituição. Portanto, entendemos a concepção de coleções segundo a perspectiva de Devallées e Mairesse que diz:

De modo geral, uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada. (Devallées; Mairesse, 2010, p.32).

Neste trabalho tratamos as coleções de documentos arquivísticos, que enquanto revestidos dessa característica possibilitam relações práticas com a museologia, as quais veremos a seguir. Outro conceito importante é o de fundos, termo costumeiramente utilizado no âmbito da Arquivologia, que aparentemente não possui uma posição consensual entre seus estudiosos, mas que pode ser explicitado como Duchein define como:

A primeira consiste em definir os fundos ao mais alto nível, considerando que a verdadeira unidade de função situa-se no topo. Admitiremos portanto, neste caso que o conjunto de arquivos provenientes de todos os serviços e estabelecimentos dependentes de um mesmo Ministério formam um único Fundos. Os antigos países socialistas da Europa de Leste levam até as últimas consequências este conceito unicista dos arquivos, já que admitem que todos os documentos pertencentes ao Estado formam um único e gigantesco Fundos dos arquivos do Estado. Base de toda a organização arquivista. Segunda atitude ao contrário consiste em reduzir o Fundos ao nível da menor célula funcional considerando o verdadeiro conjunto orgânico dos arquivos resulta do trabalho desta célula. É evidente que este problema tem incidências práticas muito direta e imediata sobre o trabalho dos arquivistas. (DUCHEIN, 1992)¹⁴

Essa conceituação, que pode ser tanto maximalista quanto minimalista, exerce influência direta na forma de estruturação do trabalho do profissional arquivista dentro de um arquivo. Outro fator relevante é saber como essa estruturação de fundos exerce influência sob a parte de “função museológica” destes documentos. Pois, se a instituição MuBan adotasse o viés maximalista dificultaria o trabalho de recuperação, quando fosse realizar exposições com documentos deste “fundo geral” do ArqMuBan. Por isso que aparentemente a instituição parece ter adotado o critério de organização minimalista. O que tornaria propício o acesso a esses fundos ou coleções tanto pelos arquivistas quanto pelos museólogos. As informações sobre as coleções sistematizadas

¹⁴ O artigo não possui numeração de página.

abaixo estão no documento cedido pela instituição: *Dados sobre o tratamento arquivístico realizado no ArqMuBan até 2015.*

No Arquivo Histórico do Museu das Bandeiras - ArqMuBan, os fundos e coleções estão divididos, como forma de facilitar a recuperação em: 3 fundos e 7 coleções. Não estamos contando para fins de pesquisa o fundo administrativo. Estão localizados no pavimento superior do MuBan, sala 01 o arquivo e sala 02 a reserva técnica do museu.

Como já foi mencionado, antes de o MuBan ser legalmente instituído, ainda no período de trâmites burocráticos para sua criação, recebeu seu primeiro acervo que era proveniente a documentos da antiga Delegacia Fiscal. Percebe - se então que antes do MuBan possuir objetos como: mobiliários e afins, o seu primeiro acervo foi documental doado para criação de um futuro “Museu Histórico de Goiás”. Será apresentado a seguir todos os fundos pertencentes ao Arquivo Histórico do MuBan com suas respectivas quantidades em metros lineares (m/l). Os fundos são:

Quadro 3 - Fundos do ArqMuBan

Denominação	Data-limite	Metros lineares (m/l)
Fundo Real Fazenda	1736-1957	313,54 m/l
Fundo Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato	1755-1916	4,64 m/l
Fundo do Lyceu de Goyaz	1847-1934	6,51 m/l

Fonte: Elaboração própria, informações cedidas pelo ArqMuBan¹⁵.

O Fundo Real Fazenda (1736-1957), é o maior existente no ArqMuban independentemente da localização física de seus documentos. Esse fundo é proveniente dos antigos documentos da Delegacia Fiscal, fundos esses que pertencem a Cidade de Goiás e ao estado de Goiás, recebidos para serem incorporados como primeiro acervo do MuBan. Por isso, ele foi subdividido em três séries, de acordo com os períodos políticos-administrativos do Brasil para

¹⁵ No documento “Dados acerca do tratamento documental do ArqMuBan” p.1-4.

otimização da organização em: Brasil Colônia com 25,72 m/l, Brasil Império com 177,82 m/l sendo o maior deles até então e por fim, o Brasil República com 110 m/l com valor aproximado, pois muitos documentos estão embalados em pacotes e empilhados tanto na horizontal quanto na vertical. De acordo com o Documento de dados acerca do tratamento documental do ArqMuBan (2015), este fundo passou por diversos procedimentos de organização, higienização e conservação, o primeiro deles ocorreu ao final da década de 90 no qual pode ser organizado, identificado e catalogado parcialmente. O trabalho inicial foi realizado com os periódicos, boletins e ordens do dia. A partir deste trabalho inicial foram encontrados documentos que viriam a fazer parte das Coleções Zoroastro Artiaga e Americano do Brasil. Em 2004 houve um novo processo de higienização organização e identificação do Fundo Real Fazenda e a sua descrição total segundo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE¹⁶, além da indexação dos documentos em uma base de dados. De 2006 a 2009 continua esse trabalho já iniciado anteriormente, mas agora no período imperial, especificamente no Ministério da Guerra.

Fundo Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato (1755-1916), é o menor dos fundos contendo em sua composição 74 vol. Já o Fundo do Lyceu de Goyaz (1847-1934) é composto por 52 livros, 23 periódicos encadernados, 149 cadernos de capa dura, totalizando 6,51 m/l. Portanto nem todo esse acervo foi tratado, por diversos motivos como falta de pessoal, falta de material e outros, o que dificulta o processo de tratamento desses documentos em sua totalidade. Existem projetos com os cursos de faculdades de nível superior do estado de Goiás para o tratamento dessa documentação, sob a supervisão da Arquivista Tatielle Nepomuceno. O tratamento dessas documentações é importante sob o ponto de vista tanto da recuperação da informação, quanto para futuras exposições com a utilização das mesmas.

As coleções presentes no ArqMuban são 7 ao total e foram recebidas em sua maioria por doações, para serem incorporadas ao acervo do MuBan. Serão apresentadas a seguir todas as coleções existentes no Arquivo Histórico do Museu das Bandeiras, as quais são:

¹⁶ Essa norma a grosso modo estabelece parâmetros para a descrição da documentação arquivística, compatíveis com normas internacionais.

Quadro 4 - Coleções do ArqMuBan

Denominação	Data-limite	Metros Lineares (m/l) ou Centímetros (cm)
Coleção Americano do Brasil	1918-1925	0,40 cm (documentação textual)
Coleção Hospital São Pedro de Alcântara	1839-1968	32 cm/l
Coleção Zoroastro Artiaga	1626-1954	0,91 m/l
Coleção Especial Ofélia Sócrates	1847-1967	1,75 m/l
Coleção Especial Daisy Porto	Não informado	1,60 m/l
Coleção “Escrituras do Arrayal de Meya Ponte”	1755-1828	9 cm
Coleção Partituras Originais	1865-1923	9,5 cm

Fonte: Elaboração própria, informações cedidas pelo ArqMuBan¹⁷.

As coleções mencionadas possuem diversas tipologias documentais, na Coleção Americano do Brasil (1918-1925) além dos 0,40 cm/l de documentos textuais, ainda possui 306 unidades de livros totalizando 2,57 m/l ao serem incorporados ao acervo do Museu.

A Coleção Zoroastro Artiaga (1626-1954) possui uma diversidade grande de documentos, entre eles 555 fotografias (44 cm/l), 8 gravuras, 18 mapas (50 cm/l), 92 jornais periódicos (8 cm/l) e documentação textual com 0,13 cm/l. Ao total essa coleção conta com 0,91 m/l. Já Coleção Hospital São Pedro de Alcântara (1839-1968) conta com 5 volumes, totalizando 0,32 cm/l.

As coleções especiais são compostas por livros e revistas. Sendo que a Coleção Especial Ofélia Sócrates (1847-1967) é composta por 75 livros e 49 revistas e a Coleção Especial Daisy Porto, a qual não teve sua data-limite

¹⁷ No documento “Dados acerca do tratamento documental do ArqMuBan” p.1-4.

especificada de 83 livros. Além desses fundos e coleções existem os Livros do FISCO, doados pela Receita Federal da Cidade de Goiás, que não estão dentro de nenhuma coleção ou fundo e que somam 322 livros (2,18 m/l).

Portanto, esses fundos e coleções apresentadas compõem o primeiro desdobramento do bloco acervo. Eles estão sob a guarda do ArqMuBan, mas também ao mesmo tempo são acervo do MuBan e por isso podem ser utilizados pelo setor museológico da instituição, conseqüentemente pelos museólogos, para atividades afins, promovendo a relação entre esses profissionais dentro do museu. Outro ponto relevante a se ressaltar é a forma como esse acervo documental é importante para que possa haver as demais formas ou modalidades de cooperações que veremos mais a frente.

Ao observarmos sob um enfoque museológico, podemos ver que esse acervo apesar de não ser o considerado tradicional acervo de objetos de museu, são passíveis sim de exercerem suas funções museológicas como: Salvaguarda, comunicação e pesquisa, este último podendo exercer atividade tanto museológica quanto arquivística. Logicamente que não irá exercer todas elas, pois, estando sob a guarda do Arquivo Histórico as funções estarão voltadas mais para esta área, principalmente no que diz respeito sobre a gestão documental. Porém, nada impede que outras funções oriundas da museologia e também semelhantes, entre a Arquivologia e a Museologia, sejam realizadas a partir do acervo, como: exposições, pesquisas, preservação e outras.

3.1.2 Documentação Museológica

A documentação museológica é uma atividade gerada a partir das atividades convencionais de um museu. Assim como em qualquer instituição museológica o MuBan também realiza essa atividade, sob a responsabilidade do setor Museológico da instituição e seus respectivos museólogos. A documentação Museológica é entendida por Nascimento como:

De forma geral a documentação é conceituada como um conjunto de técnicas necessárias para a organização, informação e a apresentação

dos conhecimentos registrados, de tal modo que tornem os documentos acessíveis e úteis. E o documento por sua vez, é definido como uma peça escrita ou impressa que oferece prova ou informação sobre qualquer assunto. (NASCIMENTO, 1994, p.32).

A conceituação definida por Nascimento como documentação seria esse conjunto de técnicas responsáveis por registrar os conhecimentos acerca de um objeto e é de significativo interesse para esse estudo. Por isso, a documentação museológica por muitas vezes vem associada a uma imagem de um sistema de documentação que de acordo com Primo e Rebouças é definido como:

O Sistema de Documentação na museologia é entendido pois, como a elaboração e sistematização de técnicas e suportes documentais voltados para atender as necessidades de inventariação, pesquisa e acção da instituição museológica. Esse sistema deve estar em consonância com a orientação geral da instituição. Sendo assim, não há um modelo universal e sim regras básicas para a elaboração do sistema em questão, além dos vários suportes documentais que se destinam à recolha e organização das informações acerca do património que a instituição museológica trabalha. (PRIMO; REBOUÇAS, 1999, p.13).

As atividades de pesquisa, exposições, conservação e preservação são possíveis por conta da documentação museológica bem feita e atualizada sobre os objetos. Essa documentação consiste então, em um instrumento para a materialização das informações sobre os objetos, que não necessariamente precisa de um modelo universal para a alocação das informações, mas que as tenham de maneira organizada e atualizada para que possam ser desenvolvidas as demais ações sobre os “documentos do objeto”. De acordo com Rebouças:

No momento em que se entende que o objecto no contexto museológico contém significados e informações passíveis de registro, logo a documentação museológica deixa de ser um fim em si mesma, passando a exercer um papel fundamental para as outras acções museológicas.(PRIMO; REBOUÇAS, 1999, p.12).

No MuBan a documentação é feita pelos museólogos da instituição, porém a sua guarda é remetida por eles ao Setor de Arquivo Histórico do museu, o ArqMuBan. Por isso, apesar da documentação museológica ser de consulta frequente pelos museólogos, seja para atualização, incorporação de novas informações ou a criação de novas documentações, ela está inserida e acondicionada no arquivo permanente da instituição. O setor de arquivo atribuiu ainda, um código de numeração especial e próprio para classificar a

documentação museológica de acordo com o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ. O código dentro do plano de classificação é o 064, um código de atividade meio, que foi adaptado pela a Arquivista do MuBan para receber os documentos relativos à documentação museológica.

A gestão documental feita pelo ArqMuBan, não possui tabela de temporalidade para esse código, deixando em aberto esse procedimento arquivístico para a documentação museológica. De acordo com o CONARQ em sua tabela de - Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às Atividades-Meio da Administração Pública (2001) - atribui “064 - DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA - Esta classificação poderá ser subdividida quando houver necessidade”. O ArqMuBan fez essas subdivisões em 14 categorias que veremos a seguir:

Quadro 5 - Código de Classificação 064, Documentação Museológica

<p>064.1 – ACERVO MUSEOLÓGICO</p> <p>064.011 – Museu das Bandeiras</p> <p>064.012 – Museu de Arte Sacra da Boa Morte</p> <p>064.013 – Museu Casa da Princesa</p> <p>064.2 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E MUSEAL</p> <p>064.3 - EXPOSIÇÕES (curta duração)</p> <p>064.31 - Do Museu das Bandeiras</p> <p>064.32 - No Museu das Bandeiras</p> <p>064.33 – Museu das Bandeiras (Cadernos de Visitas às exposições - com assinaturas dos visitantes)</p> <p>064.34 – Museu de Arte Sacra da Boa Morte</p> <p>064.35- Museu Casa da Princesa</p> <p>064.36 – Termos de Responsabilidade, de Compromisso e de Empréstimo</p> <p>064.37 – Outros</p> <p>064.4 - SEMANA DE MUSEUS</p>	<p>064.6 - SOLENIDADES. COMEMORAÇÕES. HOMENAGENS</p> <p>064.61 – Aniversários MuBan</p> <p>064.62 – Títulos de Cidadania</p> <p>064.63 – Solenidades</p> <p>064.7 - SEMINÁRIOS. ENCONTROS. PALESTRAS. MESAS REDONDAS. DEBATES (MUSEU DAS BANDEIRAS)</p> <p>064.8 - OFICINAS. CURSOS E MINI CURSOS (MUSEU DAS BANDEIRAS)</p> <p>064.9 - EVENTOS ARTÍSTICO-CULTURAIS (MUSEU DAS BANDEIRAS, MUSEU DE ARTE SACRA E MUSEU CASA DA PRINCESA)</p> <p>064.10 - PROJETOS. PROPOSTAS (MUSEU DAS BANDEIRAS)</p> <p>064.11 - PORTARIAS, RESOLUÇÕES, INSTRUÇÕES, NORMAS</p> <p>064.12 - USO DE IMAGEM</p> <p>064.13 - OUTROS ASSUNTOS REFERENTES À DOCUMENTAÇÃO</p>
---	---

064.5 - PRIMAVERA DE MUSEUS	MUSEOLÓGICA 064.14 - MUSEU CASA DA PRINCESA - PILAR DE GOIÁS (Projetos, Propostas)
------------------------------------	---

Fonte: Elaboração própria, informações cedidas pelo ArqMuBan¹⁸.

No código 064.1 e suas subdivisões estão as documentações museológicas referentes ao acervo como: ficha catalográfica dos objetos, termos de aquisição de acervo e outros. No 064.2 estão as documentações relativas às ações de Educação Patrimonial e Museal realizadas no MuBan. O 064.3 é a documentação de exposições temporárias realizadas tanto “no MuBan” quanto às “do MuBan”, ou seja, na primeira temos exposições temporárias vindas de fora da instituição e a segunda opção é relativa à documentação de exposições temporárias feitas a partir do próprio acervo do Museu, seja com objetos ou documental. Nos códigos 064.4 e 064.5 temos a guarda de documentos relacionados a eventos realizados pelo IBRAM no Museu como a Semana de Museus e a Primavera de Museus. O 064.6 é o código destinado à documentação de Solenidades do Museu das Bandeiras, aniversários e títulos de cidadania.

O 064.7 é o código utilizado para a guarda de documentos produzidos em Seminários, Mesas Redondas, Palestras e entre outros realizados no MuBan. Já os Códigos 064.8 e 064.9 são destinados à documentos relativos a atividades educativas dentro do Museu, o primeiro com a realização de cursos e oficinas no MuBan e o segundo com Eventos Artísticos Culturais no Museu das Bandeiras, Museu de Arte Sacra e Museu Casa da Princesa. Nos códigos 064.10 ao .12 estão documentos relacionados à projetos, portarias e resoluções, termos de uso de imagem e outros do Museu das Bandeiras. E por fim, os códigos restantes 064.13 e 064.14 são genéricos, o primeiro para outros assuntos que não se encaixam em nenhum dos códigos anteriores e o segundo para documentação do Museu Casa da Princesa em Pilar de Goiás com projetos e propostas.

Logo, é possível ponderar sobre o que foi apresentado, que a documentação museológica exerce um fator de influência nas relações práticas de trabalho no dia a dia do Museólogo e do Arquivista. Pois, ela age como um

¹⁸ No documento de tabela de classificação da Documentação Museológica.

agregador dentro do bloco de acervo, para o surgimento de interações entre as duas profissões. Essa essência singular da documentação museológica no Museu das Bandeiras, com sua elaboração realizada pelo Setor Museológico e sua guarda sob a responsabilidade do Arquivo Histórico, confere a ela a oportunidade de fazer com que haja tais relações profissionais como cooperação, trabalho de equipe e integração.

Portanto, reflexão que é estabelecida ao fim é a de que o acervo é a principal forma de integração profissional entre Arquivistas e Museólogos, e que sem ele não seria possível estabelecer os demais parâmetros. Então ao se tratar de forma conjunta esse acervo, coleções e fundos, e a sua documentação, neste caso a documentação museológica, promove cooperações inter profissionais cujos benefícios repercutirão no próprio acervo durante as próximas gerações.

3.2 Parâmetro Disseminação da Informação

No MuBan as atividades relacionadas ao acervo documental, protegido pelo ArqMuBan, e a sua disponibilização ao público se dão de forma ampla. Tanto para a elaboração de exposições, em conjunto com o Setor Museológico, quanto para outras atividades como pesquisa, digitalização dos documentos e outros.

O sentido deste parâmetro é enxergá-lo como um gerador de oportunidades para relações práticas, que se dá justamente por possibilitar que tanto o visitante/público, no caso de exposições, quanto o pesquisador, no caso de pesquisas e disponibilização do acervo digitalizado, tenham acesso aos documentos do MuBan, de forma mais ampla possível. Lara e Conti veem a disseminação da informação como:

Disseminar informação supõe tornar público a produção de conhecimentos gerados ou organizados por uma instituição. A noção de disseminação é comumente interpretada como equivalente à de difusão, ou mesmo de divulgação. Assume formas variadas, dirigidas ou não, que geram inúmeros produtos e serviços, dependendo do enfoque, da prioridade conferida às partes ou aos aspectos da

informação e dos meios utilizados para sua operacionalização. (LARA;CONTI, 2003)¹⁹

Portanto, este parâmetro poderia configurar em um facilitador de trocas experienciais práticas entre os profissionais museólogos e arquivistas através da disseminação da informação contida nos acervos documentais do ArqMuBan.

3.2.1 Exposições

As exposições integram a atividade fim do MuBan. Boa parte das atividades realizadas em seu domínio estão voltadas para este fim, ou seja, o MuBan é uma instituição museológica que tem como uma de suas principais funções expor seu acervo ao público. Sendo as exposições entendidas por Devallées e Mairesse:

Como o resultado da ação de expor, a exposição apresenta-se atualmente como uma das principais funções do museu que, segundo a última definição do ICOM, “adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade”. (Devallées; Mairesse, 2010, p.43).

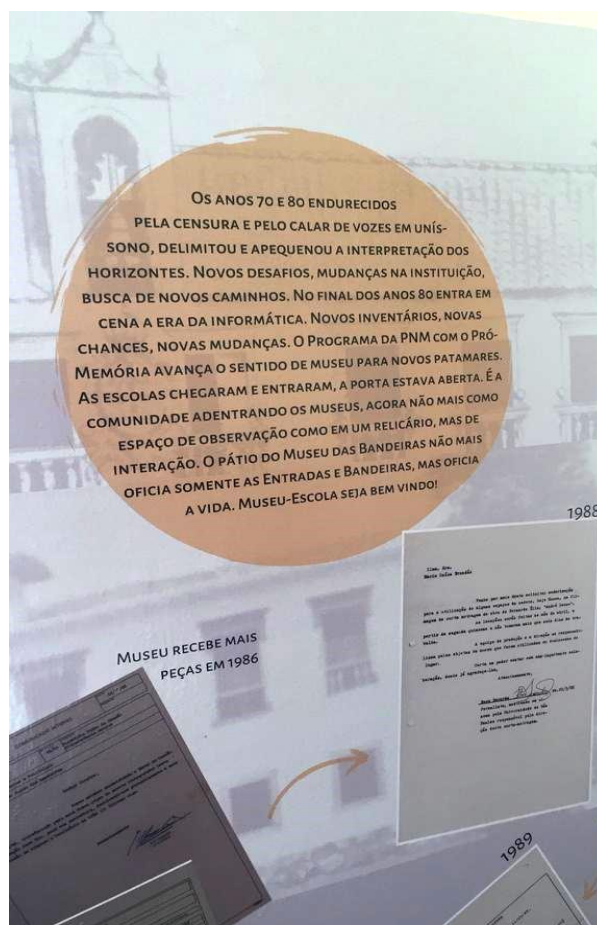
Entre essas exposições realizadas pelo MuBan estão aquelas que se utilizam do acervo arquivístico histórico da instituição para constituí-las, seja parcial ou integralmente. Os documentos comumente utilizados são os que tratam sobre a cadeia pública, escravidão, indígena, terras, obras públicas e outros. Podendo fazer parte tanto da exposição permanente do MuBan, quanto das exposições temporárias.

Durante a minha visita a instituição, em Agosto de 2019, estava em vigência uma exposição temporária comemorativa, no segundo andar do edifício, que trazia a história do próprio MuBan contada a partir de documentos do Arquivo Histórico, digitalizados e impressos. O título da exposição “De Câmara e Cadeia a Museu: a história de um prédio através dos documentos do Arquivo do MuBan”. Nesta exposição em especial pude ver nitidamente exemplos de aproximações entre os profissionais museólogos e arquivistas e para, além disso, a cooperação. Os museólogos, a arquivista e sua auxiliar

¹⁹ O artigo não possui numeração de página.

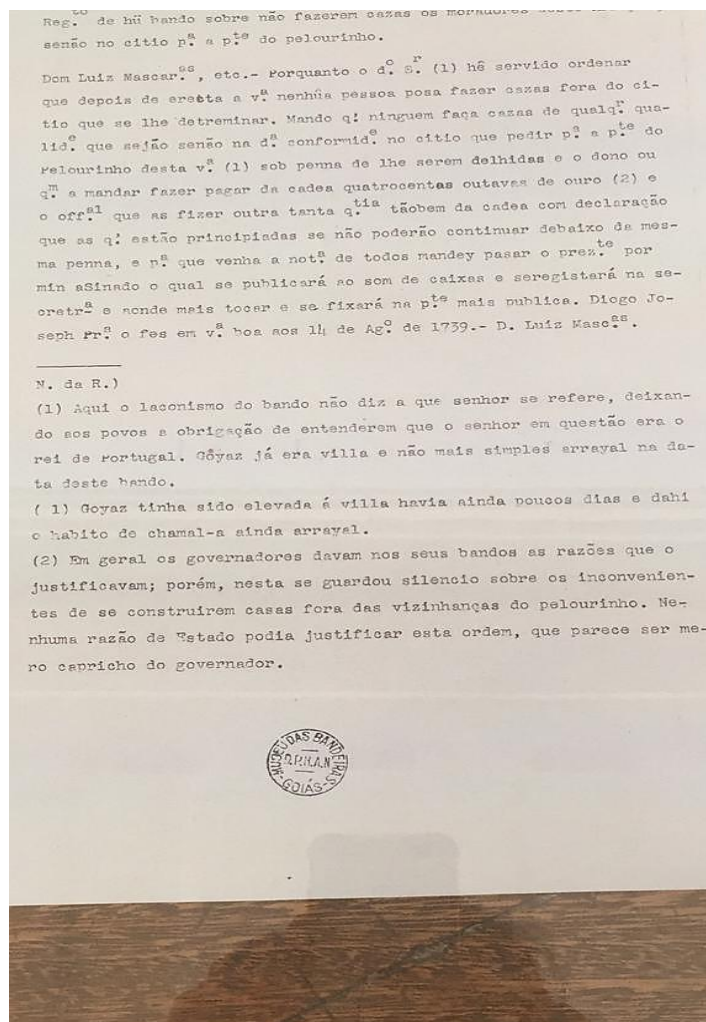
realizaram um trabalho de pesquisa conjunto para que essa exposição pudesse dar certo. O arquivo ficou incumbido da separação desses documentos que representam a história do edifício histórico desde sua concepção como Casa de Câmara e Cadeia até sua constituição no Museu das Bandeiras e os museólogos com o projeto expositivo e curatorial da exposição. No entanto, a arquivista, que guiou toda minha vista, afirmou que todo trabalho foi conjunto entre os profissionais técnicos do MuBan, Arquivista e Museólogos participando de todo processo de concepção e montagem da exposição. A exposição contou com um compilado de documentos que foram digitalizados e colocados em banners para serem expostos e outros foram feitas cópias e expostos em expositores de vidro para os visitantes, todos com o mesmo intuito: o de contar a história da instituição a partir da documentação presente nos arquivos. A seguir a figura 8 apresenta alguns desses documentos digitalizados, e a figura 9 a cópia de um dos documentos que estavam expostos em mobiliário com vidro.

Figura 8 – Imagem da exposição “De Câmara e Cadeia a Museu”



Fonte: Fotografia da autora (2019).

Figura 9 – Cópia de documento presente na exposição “De Câmara e Cadeia a Museu”



Fonte: Fotografia da autora (2019).

Inclusive o Documento de “*Linha do tempo do Museu das Bandeiras/IBRAM/Ministério da Cultura – MINC*”, que foi cedido para esta pesquisa, foi elaborado com o intuito de levantar dados e documentos que possibilitaram traçar um histórico da instituição para esta exposição. Acredito que o trabalho desempenhado alcançou êxito ao apresentar uma exposição simples, porém significativa do ponto de vista histórico e cultural da região. Além disso o Museólogo como profissão que cuida de maneira “típica” de exposições foi capaz de apresentar uma exposição em conjunto com o setor de arquivo no qual era perceptível a cooperação entre as duas áreas, caso

contrário não teria dado certo, por isso o campo expográfico como um potencial agregador entre as áreas. A Museologia como área de conhecimento deveria incentivar e explorar pesquisas entorno dessa temática, para que possa incentivar mais trabalhos como estes no futuro, não somente no Museu das Bandeiras, mas em outras instituições museológicas. Permitindo que o público em geral tenha acesso a esse tipo de exposições com documentação presente em arquivos e que muitas vezes só quem tem acesso são os públicos especializados (pesquisadores).

Há ainda documentos no ArqMuBan relacionados às atividades educativas realizadas em virtude de exposições no MuBan. Nos documentos estão registradas as oficinas educativas e suas fotografias, toda essa documentação está classificada no código 064 (com o seu respectivo subitem na tabela de classificação mencionada acima) sob-responsabilidade do mesmo.

Logo, as relações práticas inter profissionais se dão na possibilidade de proporcionar um ambiente em que até nas atividades tipicamente museológicas, como a exposição, possam ter a participação de outros profissionais. No caso estudamos os arquivistas. Conferindo assim uma interdisciplinaridade no local de trabalho, que por muitas vezes não são percebidas se quer pelos próprios profissionais que estão ali atuando no cotidiano, mas que existem e devem ser incentivadas como um exercício para estimular a cooperação e diminuir possíveis atritos.

3.2.2 Acervo disponibilizado digitalmente

A digitalização do acervo documental é uma das formas mais modernas de processar e guarda a informação, por isso se tornou uma ferramenta que irá auxiliar tanto a conservação do documento de um manuseio constante, quanto na recuperação da informação em sítios da internet, banco de dados ou acervos digitais. Porém, esse trabalho demanda além da mão de obra de pessoal e tempo, o equipamento necessário para a digitalização, conhecido comumente como scanner ou mesa digitalizadora. Por vezes, pela falta de

algum desses elementos a digitalização ou até mesmo a disponibilização desses documentos em sítios de internet se tornam inviáveis, fazendo com que a equipe responsável opte por diversas vezes por modos mais antigos, que apresentam elevados riscos ao acervo.

No MuBan o procedimento de digitalização dos documentos caminha a passos lentos e um dos motivos dessa morosidade no processo de digitalização é vasta quantidade documental do acervo e a falta de profissionais para auxiliar as arquivistas no tratamento do acervo documental. Porém, MuBan conta com parcerias com a Universidade Estadual de Goiás - UEG com projetos de extensão entre outras instituições de ensino para auxiliá-los em suas atividades de conservação, com a finalidade de colocar os alunos em contato direto com o acervo documental para o tratamento que inclui higienização, organização, acondicionamento. O fundo em que os alunos trabalham é o Fundo Lyceu de Goyaz escolhido pela equipe técnica do ArqMuBan. Quanto a digitalização da massa documental constitui ainda em um desafio para o MuBan, os documentos digitalizados até então estão em uma base de informações sob a guarda do ArqMuBan, disponibilizados para pesquisadores que os solicitam. Embora os alunos da Museologia da UEG não participem dessas atividades de extensão no MuBan, seria importante e necessário que participassem, pois essa atividade de tratamento documental possibilita um aprendizado prático que muitas vezes é uma carência das Universidades públicas. E incentivaria futuro pesquisadores interessados nessa área de conservação e preservação.

Outras formas de disponibilização da informação é o acesso que se tem a elas, se é amplo ou restrito, e boas ferramentas de recuperação fazem parte desse processo, pois, se o acervo estiver bem organizado e inserido corretamente em catálogos, planilhas, índices ou inventários ficará mais fácil de recuperar - lo e entregar a informação correta ao público ou ao pesquisador. Além dessas ferramentas já mencionadas o Arquivo Histórico do MuBan conta com datilografados, listagem, fichas em excel e word, manuscritos e 6 catálogos para auxiliá - los na recuperação da informação e deixá-las prontas para o acesso ao público ou pesquisador.

Portanto, o que faz esse desdobramento “Acervo disponibilizado digitalmente” ser um tópico de relações práticas entre as duas áreas é justamente a forma a qual o acervo, que pertence ao ArqMuBan e ao Setor Museológico do MuBan simultaneamente, é externalizado ao público. Essas formas variam tanto na digitalização desses documentos para incorporar exposições e demais atividades realizadas no MuBan, quanto nas ferramentas são utilizadas para recuperar essa informação e deixá-la acessível. Para isso, é necessária a observação de dois nichos, o pesquisador, que possui um acesso detalhado aos documentos requisitados com visita guiada pela arquivista ou sua auxiliar, com a disponibilização e entrega dessas informações, e o público, através de exposições, atividades educativas, visitas mediadas ou ações de educação patrimonial/museal.

3.2.3 Pesquisa

No último desdobramento do parâmetro da disseminação da informação temos a pesquisa. A pesquisa sem sombras de dúvidas é um propulsor de disseminação da informação de uma instituição de memória, seja ela arquivos, museus ou bibliotecas. Ela permite que o acervo possa se reverberar em conhecimento e ser disseminado em outros ambientes fora da instituição e produzir conhecimento. Dessa forma a pesquisa deve ser vista como um dos principais meios dessa disseminação, pois sem ela não haveriam exposições e o acervo seria simplesmente um acúmulo de documentos. Dessa maneira podemos perceber a existência de dois tipos de pesquisa, a primeira voltada para aquela feita pelos próprios técnicos dentro do museu ou arquivo para o conhecimento do acervo salvaguardado pela instituição, organização e conservação e o segundo tipo voltado para as que são feitas e solicitadas pelos pesquisadores ou o público sobre o acervo, que podem ser gerais ou específicas. Assim, a pesquisa age como um estimulador de ações acerca do acervo para torná-lo disponível a pesquisadores e o público.

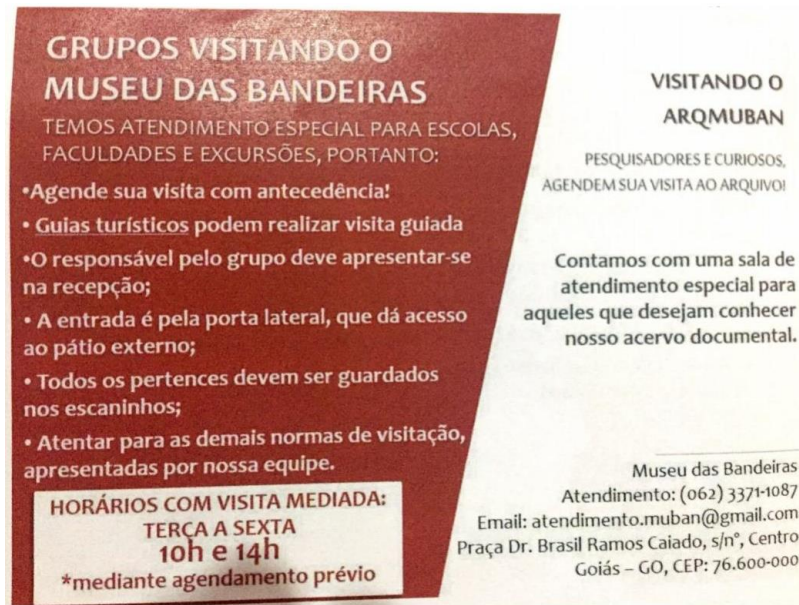
As ações de pesquisa administradas pelo ArqMuBan são voltadas tanto para o atendimento dos pesquisadores que vão até a Cidade de Goiás em

busca da imensa documentação que o MuBan possui, quando nas que são voltadas para pesquisas dentro do próprio acervo, realizadas pela equipe técnica do MuBan, visando sua organização e conservação. Os pesquisadores que procuram o ArqMuBan são orientados a solicitar os documentos desejados através de um agendamento da visita com no mínimo 5 dias úteis de antecedência, nesse momento tomam ciência das normas vigentes sobre o espaço, uso dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI e do preenchimento e assinatura do formulário de solicitação de visita para pesquisa, elaborado pela equipe técnica do ArqMuBan. O público/visitantes do MuBan que tenham interesse em conhecer o Arquivo Histórico sem fins acadêmicos também podem ter acesso, desde que agende sua visita previamente, assim como os pesquisadores.

Os documentos solicitados são digitalizados e disponibilizados aos pesquisadores, que também podem portar câmeras fotográficas de celulares para fins de registro sem o flash, visando a conservação do acervo. O MuBan possui um folder distribuído na entrada do museu com informações sobre o seu próprio histórico, informações sobre a formação da Cidade de Goiás, sobre a visitação mediada ao MuBan de grupos e aquelas direcionadas ao ArqMuBan.

Logo, a pesquisa sob a perspectiva de um desdobramento do bloco da disseminação da informação age como um integrador nas relações práticas entre os profissionais museólogos e arquivistas. Pois a pesquisa, apesar de ser mediada pela equipe do Setor do Arquivo Histórico do MuBan para disponibilização de documentação, é feita em conjunto com profissionais museólogos e arquivistas quando se trata de exposições ou atividades educativas e museais. Proporcionando mais uma vez, que esses profissionais cooperem entre si, seja por meio de decisões tomadas em prol do acervo ou em pesquisas relacionadas à montagem de exposições e sobre o próprio acervo. Já a visita ao acervo museológico do MuBan também poderá ser mediada tanto para visitas individuais quanto para grupos, estas deverão ser comunicadas à instituição com antecedência, os visitantes serão recebidos por mediadores treinados para conduzi – los e instiga- los da melhor forma possível sobre o acervo e sua relação com a instituição e a região onde está inserido.

Figura 10 - Folder do MuBan



GRUPOS VISITANDO O MUSEU DAS BANDEIRAS
TEMOS ATENDIMENTO ESPECIAL PARA ESCOLAS, FACULDADES E EXCURSÕES, PORTANTO:

- Agende sua visita com antecedência!
- Guias turísticos podem realizar visita guiada
- O responsável pelo grupo deve apresentar-se na recepção;
- A entrada é pela porta lateral, que dá acesso ao pátio externo;
- Todos os pertences devem ser guardados nos escaninhos;
- Atentar para as demais normas de visita, apresentadas por nossa equipe.

HORÁRIOS COM VISITA MEDIADA:
TERÇA A SEXTA
10h e 14h
*mediante agendamento prévio

VISITANDO O ARQMUBAN
PESQUISADORES E CURIOSOS,
AGENDEM SUA VISITA AO ARQUIVO!

Contamos com uma sala de atendimento especial para aqueles que desejam conhecer nosso acervo documental.

Museu das Bandeiras
Atendimento: (062) 3371-1087
Email: atendimento.muban@gmail.com
Praça Dr. Brasil Ramos Caiado, s/nº, Centro
Goiás – GO, CEP: 76.600-000

Fonte: Disponibilizado pelo MuBan. Agosto, 2019.

Portanto, podemos perceber que é viável a concepção de aproximações entre a Arquivologia e a Museologia o que pode parecer óbvio no primeiro momento, mas que deve ser levado em consideração ao se tratar deste tema. Por muitas vezes essas são passadas despercebidas até pelos próprios profissionais, que no decorrer de suas atividades diárias acabam por não dar muita atenção a esses detalhes, mas revelam ser potenciais fatores de sinergia positiva e trabalho de equipe entre esses profissionais, trazendo diversos benefícios para o acervo e para a instituição. O intuito é demonstrar que essas aproximações existem e deve ser incentivadas, tanto na formação desses profissionais com conteúdos interdisciplinares, quanto no labor diário na instituição em que presta serviços, para que no futuro interações como essas possam se dar de maneira mais natural e harmônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação do histórico da cidade de Goiás e do Museu das Bandeiras e algumas considerações sobre Arquivologia e Museologia, a pesquisa realizada no MuBan foi considerada a partir de dois blocos essenciais para a abordagem deste trabalho. São eles: O acervo e a disseminação da informação, que permitiu que fosse desenvolvida e construída uma concepção de possibilidades de aproximações entre Arquivos e Museus/exposições, pesquisa no âmbito dos arquivos em museus.

No entanto, é evidente a presença de mais um parâmetro. Esse terceiro bloco surge como uma consequência dessas relações práticas, que se apresenta de forma sutil e intrínseca dentro dos outros parâmetros, acervo e disseminação da informação, de forma que ao final sua existência não possa ser ignorada e que tenha que ser abordada. Por isso, o terceiro e último bloco chama - se: Gestão e cooperação profissional, o qual é entendido por Almeida como:

A informação nas relações externas de qualquer dessas instituições requer a construção de estratégias para desenvolver projetos conjuntos – seja com instituições da mesma natureza, seja com instituições culturais diversas – e para promover o uso integrado dos recursos informacionais. Ganha aqui importância o desenvolvimento e uso de padrões de registro entre instituições semelhantes a fim de facilitar o intercâmbio. As instituições de memória devem atuar de forma integrada e acompanhar a permanente evolução de outros contextos institucionais, como as instituições de ensino e pesquisa, os serviços comerciais e mesmo os governamentais. (ALMEIDA, 2016, p.182)

Dessa maneira, depreende - se a importância da Gestão e cooperação profissional para o desenvolvimento do acervo e da instituição de memória onde os profissionais estão inseridos. Vale ressaltar que esse bloco pode apresentar tanto benefícios como: a geração de sinergia positiva no trabalho, formação de equipes interdisciplinares, quanto algumas experiências negativas advindas de relações humanas, como atritos decorrentes de discordância de ideias ou ideais. Apesar disso, a gestão e cooperação profissional trata - se em sua maioria de um recurso positivo para a instituição, para o acervo e também para os profissionais que ofertam seus serviços a elas.

No fim, vou me ater à premissa de que podem existir sim, essas aproximações práticas a partir de arquivos em museus. Essas aproximações se dão devido aos parâmetros de Acervo com as coleções no Arquivo Histórico e a Documentação Museológica; Disseminação da informação com as exposições, acervo disponibilizado digitalmente e a pesquisa e por fim a gestão e cooperação profissional e seus respectivos desdobramentos.

Os museólogos como profissionais que promovem a salvaguarda da memória dentro dos museus podem fazer parte, de uma integração ou cooperação com os profissionais arquivistas desenvolvendo trabalhos de forma conjunta ou complementares acerca do acervo e também na disseminação da informação. Ações que devem ser incentivadas para profissionais atuantes e também para os futuros, pesquisadores e as próprias instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa. Bibliotecas, Arquivos e Museus: Convergências. Revista Conhecimento em Ação. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 162-185 jan/jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/2737> Acesso em: Dezembro de 2019.

ALONSO-MUÑOYERRO, Belén de Alfonso – El archivo del museo y su tratamiento: fondos documentales y fondos administrativos. In *Museo* [em linha]. Revista da Asociación profesional de Museólogos de España. (1997) 197-204. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2167289> Acesso em: Novembro de 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Condições teóricas para a integração epistemológica na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. R.Ci.Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v.2, n.2, p. 14-41, jul/dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42349> Acesso em: Novembro de 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Arquivologia, biblioteconomia e museologia: o diálogo possível. Briquet Lemos, Associação brasileira de profissionais da informação (ABRAINFO). São Paulo, 2014.

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário de Terminologia Arquivística - Conarq. 2005 Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf Acesso em: Junho de 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública/ Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf Acesso em: Dezembro de 2019.

BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. Bancos de dados e informatização de arquivos: pressupostos teóricos e aplicações técnicas. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BORGES, Fabiana Craveiro da Silva Ferraz. Cidade de Goiás: Uso do Patrimônio Histórico como recurso turístico. In: Anais do VI Seminário em pesquisas de turismo no MERCOSUL. Caxias do Sul - RS, 2010. p.1-16. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/02/Cidade%20de%20goias%20o%20uso%20do%20patrimonio%20historico.pdf Acesso em: Dezembro de 2019.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. In: Horizontes Antropológicos. vol.11, n. 23, Porto Alegre. Jan/Jun 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100007 Acesso em: Dezembro de 2019.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Coord.). Conceitos-chave da Museologia: Armand Colin, 2010. Tradução por Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf Acesso em: Novembro de 2019.

DOCUMENTO dos Dados acerca do tratamento documental do ARQMUBAN. Museu das Bandeiras – GO, 2015. p. 1-4.

DOCUMENTO Linha do Tempo do Museu das Bandeiras. Cidade de Goiás GO. p. 1-6.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. In: Arquivo & Administração (Brapci). vol. 10-14, n.2. Rio Grande do Sul, 1982. p. 0-16. Disponíveis em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000011453/aa2f3a137f5d4128066909c6a29c4219> Acesso em: Dezembro de 2019.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu; CARRIJO, Elisangela. Lygia Martins Costa: A Narrativa sobre suas contribuições a Museologia e o Patrimônio. *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 1, n. 1, Brasília, 2012, p. 252-268. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16908> Acesso em: Dezembro de 2019.

HANNESCH, Ozana. Patrimônio Arquivístico em Museus: reflexões sobre seleção e priorização de conservação-restauração de documentos em

suporte papel. 2013. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11907> Acesso em: Dezembro de 2019.

HOMULOS, Peter. Museums to libraries. Art libraries journal, v. 15, n. 1, 1990.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

LARA, Marília Lopes Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz. Disseminação da informação e usuários. In: São Paulo em perspectiva. São Paulo. vol. 17, n. 3 e 4. Jul/Dez 2003. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v17n03-04/v17n03-04_03.pdf Acesso em: Dezembro de 2019.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Esboço acerca da documentação museológica. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (orgs.). Documentação em Museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 24-30 (MAST Colloquia; 10). Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/933/1/mast_colloquia_10.pdf Acesso em: Dezembro de 2019.

MARQUES, Isabel da Costa. O Museu como sistema de informação. Dissertação. Universidade do Porto. Portugal, 2010. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/55282> Acesso em: Novembro de 2019.

MARTINS Thais Tavares; INDOLFO Ana Celeste. Arquivos de museus: em busca pela contextualização. In: XVIII Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação (XVIII ENANCIB). Marília - São Paulo. 2017.

NASCIMENTO, Rosana Andrade do. Documentação Museológica e Comunicação. In: Caderno de Museologia. n.3. Palestra proferida no VI Fórum de Museus do Nordeste. Maceió - AL. p.31-39. 1994. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/305> Acesso em: Dezembro de 2019.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Confluências Interdisciplinares entre Ciência da Informação e Museologia. In: *Museologia & Interdisciplinaridade*,

1(1), p. 07-31. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/12343> Acesso em: Dezembro de 2019.

Presidência da República. Lei nº 11.904/09 Institui o Estudo de Museus, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11904.htm Acesso em: Junho de 2019.

PRIMO, Judite; REBOUÇAS, Daniella. Documentação Museológica num Museu Local: Algumas considerações. In: Cadernos de Sociomuseologia. n.14, p.11-25. 1999. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/3708> Acesso em: Dezembro de 2019.

SANTO, Silvia Maria do Espírito, MURGUIA, Eduardo Ismael. Relações pendulares na mediação da informação: arquivo, biblioteca e museu. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília, SP. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiencancib/paper/viewFile/2475/1606> Acesso em: Novembro de 2019.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. Perspectivas em Ciência da Informação. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1999. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235> Acesso em: Novembro de 2019.

SILVA, Armando Malheiro da. A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Múltiplas relações entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. In: ConCI: Conv. Ciência da Informação. São Cristovão -SE, v.1, n.3. p.3-32. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/view/9750> Acesso em: Novembro de 2019.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello. Arquivos de museus: Características e funções. In: Museologia & Interdisciplinaridade. v.2, n.4. p. 35- 47. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16362> Acesso em: Dezembro de 2019.

SMIT, Johanna W. Archivologia, biblioteconomia y museologia: semejanzas y diferencias. *Ciências de la Información*, Havana, v.30, n.3, p. 3-10, 1999. Disponível em: <https://bvhumanidades.usac.edu.gt/items/show/751> Acesso em: Novembro de 2019.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. Museology as a Science (a thes is). *Museologia*, n. 15, 1980.

TAMASO, Izabela. Em nome do patrimônio: Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Tese Doutorado. Brasília, 2007. p. 1-787. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1995> Acesso em Dezembro de 2019.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Proximidades conceituais entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. In: *Biblonline*. Paraíba, 2012. v. 8, n. 2. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000019213/69147fec22c198205f047c5536d4340b/> Acesso em: Novembro de 2019.

APÊNDICE

Ficha Roteiro para a visita ao ArqMuBan



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Ciência da Informação – FCI
Curso de Museologia

Nome do Pesquisador:

Data da Visita:

Duração da visita:

Nome do Profissional responsável guiar a visita:

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Instituição:

Composição Jurídica:

Público

Privada

Setores analisados:

DADOS DO ACERVO

Quanto(s) fundo(s) a instituição possui?

Localização do(s) fundo(s):

Quantidade do Acervo em metros lineares (pode especificar por fundos):
Os fundos são inventariados? Qual a data do último inventário?
Existem coleções no Arquivo Histórico? Se sim, Quais?
Existe plano de classificação e tabela de temporalidade da documentação museológica?
Existem documentos relacionados a atividades educativas e expositivas no arquivo?
Existem documentos do arquivo histórico que integram ou já integraram exposições? Se sim, qual a tipologia mais recorrente?
Como é feito o arranjo dentro do Arquivo Histórico?
Tipologias documental/ Arquivo Histórico e documentação museológica (pode ser representados em percentagens):

Gêneros documentais/ Arquivo Histórico e documentação museológica (pode ser representados em porcentagens):
Tipologias de Suporte/ Arquivo Histórico e documentação museológica (pode ser representados em porcentagens):
Profissionais responsáveis pelos fundos (quantitativos e especificações):
Existe cooperação técnica entre os profissionais do setor museológico e arquivístico? De quais maneiras?
Métodos de recuperação da informação:
Como é feita a disponibilização e disseminação da informação contida nos fundos da instituição?
Observações e informações adicionais:
<hr style="width: 30%; margin: auto;"/> (Assinatura do Pesquisador)

ANEXOS

Folder da exposição: De Câmara e Cadeia a Museu

Exposição

De Câmara e Cadeia a Museu

A HISTÓRIA DE UM PRÉDIO ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO DO MUBAN



Abertura: 24 de Julho de 2019

MUSEU DAS MUBAN BANDEIRAS

Sbm sistema brasileiro de museus

ibram instituto brasileiro de museus

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Programação de Palestras de Educação Museal



PROGRAMA DE FORMAÇÃO

MÓDULO 2 - PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO MUSEAL NO BRASIL: HISTÓRICOS E PRÁTICAS

EM COMEMORAÇÃO AOS SEUS 70 ANOS, O MUSEU DAS BANDEIRAS
OFERECERÁ 12 CURSOS DE FORMAÇÃO EM 2019.

O SEGUNDO CURSO TEM O OBJETIVO APRESENTAR DE FORMA
TEÓRICA E PRÁTICA O HISTÓRICO, CONCEITOS E POLÍTICAS DA
EDUCAÇÃO MUSEAL NO BRASIL (PNEM), ALÉM DE APRESENTAR
DINÂMICAS PARA SISTEMATIZAÇÃO DE EDUCATIVOS NOS MUSEUS.

PALESTRANTES/OFICINEIRAS:

FERNANDA SANTANA RABELO DE CASTRO (EDUCADORA MUSEAL
DOS MUSEUS CASTRO MAYA, CHÁCARA DO CÉU E MUSEU
HISTÓRICO NACIONAL);

RUTH VAZ COSTA (COORDENADORA DO EDUCATIVO DOS
MUSEUS IBRAM EM GOIÁS)

Certificado de 16 horas
30 vagas

DIAS 28 E 29/4 (9H ÀS 16H)

Inscrições em:

<https://forms.gle/pfKrqdQ15z68uiwr8>

Folder de orientações para pesquisadores

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES!



1. A entrada é permitida mediante a apresentação de documento de identificação civil (RG) e CPF pelos usuários brasileiros, e de passaporte no caso dos estrangeiros.
2. O agendamento é **obrigatório** e tem o prazo mínimo de 5 dias úteis, em razão dos procedimentos de higienização e movimentação de acervo, além de cadastro do pesquisador e autorização de sua pesquisa (via formulário físico ou virtual).
3. Será permitida a permanência de um único pesquisador na sala de consulta. Exceções somente mediante análise da Coordenação de Arquivologia e Pesquisa.
4. Documentos digitalizados serão disponibilizados somente mediante o preenchimento do formulário de solicitação.
5. O pesquisador deverá trazer seus EPIs, no mínimo luvas e máscara, para acessar os documentos originais. Além dos documentos pessoais, é permitido portar celulares e câmeras fotográficas para fins de registro (**sem flash**). Demais bens pessoais permanecem nos escaninhos no piso inferior do Museu das Bandeiras.
6. **Fique atento** e obedeça às demais normas descritas no termo de responsabilidade e no requerimento de solicitação para pesquisa.

Scanned with Ca